

12 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Uma progressista no comando do STF

PRESIDENTE

Cármem Lúcia deixou claro que não quer ser chamada de presidenta, como faz questão Dilma Rousseff. Respondendo ao atual presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, como gostaria de ser chamada, ela respondeu: "Sou amante da língua portuguesa e acho que o cargo é de presidente, não é?", declarou a ministra, sorrindo.



Cármem Lúcia, a segunda mulher a assumir a presidência do Supremo, tem perfil menos político que Lewandowski, atual presidente.

A confirmação de Cármem Lúcia como nova presidente do Supremo marca uma mudança em relação ao atual ocupante do cargo, Ricardo Lewandowski

Rosana Felix

● Sai um membro da magistratura, entra uma integrante do Ministério Público. Sai um representante do grupo mais conservador, entra um representante do campo progressista. Sai da presidência do Supremo Tribunal Federal o presidente Ricardo Lewandowski, com perfil mais político, para dar lugar a uma presidente com perfil mais aguerrido, Cármem Lúcia.

A eleição de Cármem para tomar posse no comando da Corte Suprema em 12 de setembro já era esperada pelo rodízio em vigor no STF. A confirmação do nome, porém, eleva as expectativas em torno dela. Rigorosa, combatível e com discurso implacável contra a corrupção e malfeitos, ela assumirá no dia marcado para a Câmara dos Deputados votar a cassação do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Em novembro de 2015, no julgamento que referendou a prisão do ex-senador Delcídio do Amaral, ela fez um discurso contundente. "Aviso aos navegantes dessas águas turvas de corrupção e das iniquidades: criminosos não passarão a navalha da desfaçatez e da confusão entre imunidade, impunidade e corrupção. Não passarão sobre os juízes e as juízas do Brasil", declarou no voto.

Em sua trajetória iniciada em 2006, após indicação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Cármem adotou um caminho mais progressista, mesmo quando batiam de frente com suas crenças — ela é católica. No julgamento sobre aborto de fetos anencéfalos (2012), por exemplo, ela votou contra a criminalização. Na união homoafetiva, votou pela igualdade de direitos sem ressalvas. Também foi a favor das pesquisas com células-tronco.

Na maioria das vezes, a ministra, natural de Minas Gerais, se posicionou de forma contrária a Lewandowski. O julgamento mais recente que ilustra bem a divergência é a possibilidade de prisão após decisão em segunda instância. Em fevereiro, a maioria em plenário votou favorável, incluindo Cármem Lúcia.

CONTINUA

12 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Cármen, que foi procuradora-geral em seu estado, faz parte do grupo de ministros que buscam punir de forma mais duras os malfeitos, como forma de dar uma resposta à sociedade. Em 2011, votou, junto com Lewandowski, para que a Lei da Ficha Limpa fosse aplicável aos eleitos em 2010. Foram votos vencidos. Os dois porém, ficaram do lado vencedor no julgamento pela constitucionalidade da Ficha Limpa nas eleições de 2012.

Expectativa pode gerar frustração

● Cármen Lúcia será a segunda mulher a ocupar a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A primeira foi Ellen Gracie, entre 2006 e 2008, que tinha um perfil mais discreto mesmo como ministra. Especialistas apontam, porém, que as expectativas altas em relação a Cármen Lúcia podem ser frustrantes.

Rafaela Moreira, do programa de Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), participou de uma pesquisa sobre a atuação de mulheres na alta cúpula do Judiciário que mostra que há pouca mudança em relação aos mandatos exercidos por homens.

“É muito comum na trajetória das magistradas a atuação com rigor. Para se destacarem e ganharem o respeito de seus pares, querem fazer mais do que os outros”, explica. Essa conduta, entretanto, não se repete no comando dos órgãos judiciais. “Passam-se muitos anos dentro da instituição antes de se chegar ao topo. Nesse trajeto, a mulher acaba incorporando uma cultura mais masculina, e acaba reproduzindo”, diz Rafaela.

O cientista político Humberto Dantas, do Insper, também faz ressalvas. “Muitas vezes a vaidade dos ministros se sobrepõe à atuação do colegiado, e por isso uma presidente de destaque pode despertar mais conflitos na Corte”, observa.

12 AGO 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



12 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Governo Richa estuda enviar novo “pacotão anticrise” à Assembleia

Guardadas a sete chaves, medidas visam elevar a arrecadação do Estado. Projeto será debatido em reunião na semana que vem

Kelli Kadanus

● O governo do Paraná estuda encaminhar à Assembleia Legislativa (Alep) em breve um novo pacote anticrise. Ainda não há definição de quais medidas serão apresentadas, mas a expectativa de alguns deputados é de que os projetos envolvam aumento na arrecadação e uma reestruturação da Receita Estadual.

De acordo com o líder do governo na Alep, o deputado Luiz Cláudio Romanelli (PSB), não há data para o pacote chegar à Casa. “Algumas medidas estão sendo estudadas e precisam passar pelo crivo do governador”, explicou o parlamentar, sem adiantar as possíveis propostas da administração Beto Richa (PSDB). “São várias medidas de questão tributária e de gestão, mas ainda não estão fechadas”, disse.

A Casa Civil confirmou que o governo estuda enviar o pacote à Assembleia, mas não deu detalhes sobre os projetos. Segundo a assessoria, são estudadas medidas administrativas e fiscais. Fontes próximas ao governo confirmam que o conjunto de medidas está em análise na Secretaria da Fazenda, mas nenhuma delas foi fechada até o momento. Na próxima semana está prevista uma reunião entre a Casa Civil, a Fazenda e deputados da base para avaliar quais propostas são viáveis politicamente antes de enviá-las à Assembleia.

Especulação

Nos bastidores, os deputados especulam quais projetos serão encaminhados por Richa. Entre as apostas estão novas modificações no Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); a criação de uma taxa de fiscalização sobre

exploração e aproveitamento de recursos hídricos — a taxa da água; mudanças que permitiriam a empresas públicas e de economia mista como a Copel e a Sanepar a venda de imóveis sem autorização prévia dos deputados; além de uma reestruturação da Receita Estadual. Suspeita-se também que o governo deve tentar alterar o pagamento de progressões aos servidores públicos.

Segundo o deputado Felipe Francischini (Solidariedade), entre as propostas de reestruturação da Receita estão medidas “moralizantes”, como uma alteração no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, responsável por julgar em segunda instância administrativa as questões tributárias entre os contribuintes e o governo. “O objetivo é acabar com o recurso hierárquico. Isso facilitaria o trabalho dos técnicos”, diz.

“É bem possível que eles venham a tirar o direito dos servidores mais uma vez”, diz o deputado Requião Filho (PMDB) sobre a possível tentativa do

governo de não pagar as progressões prometidas aos servidores após a greve do ano passado. Para ele, essas medidas não devem chegar tão cedo para análise dos deputados. “Eles vão esperar acabar a eleição, só vêm depois de outubro”, disse.

O governo do estado aguarda a análise de duas propostas no Congresso que tratam da renegociação das dívidas dos estados com a União e do teto de gastos públicos para alterar o projeto original da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em tramitação na Alep.

CONTINUA

4.º PACOTE

O governo já aprovou três pacotes de medidas na Assembleia desde a reeleição de Richa. As primeiras medidas foram já no final de 2014, com o aumento de impostos como o ICMS de vários produtos e o IPVA. Em 2015, o governador aprovou pacote que alterava a previdência e restringia benefícios dos servidores estaduais, além de anunciar um conjunto com várias medidas, como mudanças no ITCMD e utilização de depósitos judiciais.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sem base legal, estados terão de conter pressão por reajustes salariais

Os estados que aderirem à renegociação das dívidas com a União terão um grande desafio para cumprir a contrapartida da União que exige a limitação do crescimento das despesas à inflação do ano anterior.

Na avaliação da secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão, os governadores passarão a sofrer pressão para reajustes acima da inflação por parte das categorias mais fortes e não terão base legal para negar.

Isso porque foi retirado do projeto que trata da renegociação da dívida o dispositivo que proibia a concessão de aumentos acima da inflação a servidores estaduais por dois anos. "A capacidade de resistência de um governador com uma polícia em greve vai ser mínima. O governador que terá problema, quem perdeu foram os governadores e os estados", avaliou a secretária, que estava presente durante a votação do texto-base do projeto no plenário da Câmara.

Para Ana Carla, os servidores públicos com menor poder sindical acabarão prejudicados.

Caso os estados não consigam cumprir com a contrapartida de crescimento das despesas à inflação do ano anterior, eles terão de devolver em 12 parcelas todos os alívios e vantagens que tiveram com o desconto, além de perderem o alongamento proposto no projeto. Essa missão ficará mais difícil sem a base legal retirada da matéria pela Câmara dos Deputados.

12 AGO 2016

12 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Moro manda Bumlai de volta à prisão

● O juiz federal Sergio Moro, da Operação Lava Jato, restabeleceu a prisão preventiva do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Lula. A decisão foi tomada ontem e determina que o pecuarista, hoje em prisão domiciliar, se apresente à Polícia Federal em 23 de agosto.

Bumlai, de 71 anos, é acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e por crimes financeiros no empréstimo de R\$ 12 milhões da Schahin para o PT em 2004.

Moro, a pedido da defesa de Bumlai, em março deste ano, concedeu prisão domiciliar para que o pecuarista tratasse um tumor na bexiga. No tratamento, Bumlai passou por uma cirurgia cardíaca e teve a prisão domiciliar ampliada até 19 de agosto.

A defesa de Bumlai pediu nova ampliação do prazo e, desta vez, Moro negou a prorrogação da prisão domiciliar.

A advogada Daniella Meggiolaro, que defende Bumlai, afirma que o pecuarista não vai criar obstáculos às investigações. “Não há, como nunca existiu, nenhuma necessidade de retorno ao Complexo Médico Penal, muito menos indicativos de que ele [Bumlai] possa criar qualquer obstáculo às investigações”, afirmou Meggiolaro.

12 AGO 2016

GAZETA DO POVO

TSE usa Lava Jato para investigar irregularidades do PP e do PMDB

Indícios de desvios serão analisados em processos abertos pelo ministro Gilmar Mendes, do TSE

BRASÍLIA
Agência O Globo

● O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, determinou a abertura de dois processos para investigar indícios de irregularidades financeiras cometidas pelo PP e pelo PMDB, com base em documentos da Lava Jato.

A medida foi tomada a pedido da corregedora do tribunal, Maria Thereza de Assis Moura, na última terça-feira (9). Ainda não foi definido o relator que conduzirá as ações. Na semana passada, Gilmar determinou a abertura de processo semelhante para investigar o PT, também partindo da Lava Jato.

No pedido, Maria Thereza afirmou que a conduta atribuída aos três partidos é grave. “Uma vez comprovadas tais condutas, estaríamos diante da prática de crimes visando à conquista do poder e/ou sua manutenção, nada muito diferente, portanto, dos períodos bárbaros em que crimes também eram pratica-



Ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora do TSE.

dos para se atingir o poder”, anotou. “Notícias de fatos como estes causam indignação e a apuração é fundamental, não só para a aplicação das sanções devidas, mas também para que o país vá virando suas páginas na escala civilizatória”, concluiu.

A ministra disse ainda que os fatos “demonstram completa distorção no sistema da democracia representativa”. Maria Thereza completou: “Mais do que desequilibradores de qualquer disputa, são atentatórios a inúmeros princípios, não só constitucionais, mas também aqueles mais básicos que se espera devam nortear a convivência humana em sociedade”.

A relatoria das investigações contra os três partidos

ainda não foi definida. Na semana passada, Gilmar enviou o processo contra o PT para a relatoria de Maria Thereza, por ela ser a corregedora do tribunal. Na terça-feira, a ministra apresentou questão de ordem ao plenário dizendo que a distribuição deveria ser feita por sorteio entre todos os integrantes do tribunal. Os ministros ficaram de resolver a questão no dia 23.

No pedido de investigação contra o PT, Gilmar anotou que, na Lava Jato, foi apurado que empreiteiras corrompiam agentes públicos para firmar contratos com a Petrobras, mediante fraude à licitação e formação de cartel. Parte da propina voltaria ao partido na forma de doações à legenda e às campanhas eleitorais.

12 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Ministros do tribunal analisam delações que envolvem Temer

• Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) querem que sejam incluídas nos processos de cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer delações recentes da Operação Lava Jato que podem comprometer o presidente interino. Nos bastidores, integrantes da Corte já cogitam a possibilidade de pedir os documentos para o juiz Sergio Moro, que conduz as investigações do esquema de desvios da Petrobras na Justiça Federal em Curitiba. Moro já encaminhou para o tribunal vários documentos para subsidiar o processo contra a chapa vitoriosa nas eleições de 2014, mas as delações mais recentes ainda não foram formalmente pedidas. Por enquanto, as delações que mencionam supostas irregularidades cometidas por Temer não foram homologadas pela Justiça. Por isso, devem ser mantidas em sigilo. Depois de homologadas, essas delações poderão ser compartilhadas. A relatora dos processos no TSE, ministra Maria Thereza de Assis Moura, fica no cargo até o fim do mês. A decisão de pedir o compartilhamento da prova caberá ao próximo corregedor, o ministro Herman Benjamin.

12 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Temer cede de novo

Governo interino retira do projeto de renegociação de dívidas estaduais restrição que ministro da Fazenda julgava ser inegociável

Um dia após classificar como inegociável a proibição por dois anos de concursos e reajustes salariais para servidores estaduais, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, se curvou. O governo interino de Michel Temer (PMDB) aceitou retirar a restrição da renegociação das dívidas dos Estados.

O resultado é ruim. O texto de base aprovado quarta-feira (10) na Câmara dos Deputados permite alongar por 20 anos, sem contrapartidas adequadas, as dívidas estaduais com a União. Estima-se impacto de R\$ 50 bilhões nos cofres federais até 2018.

Já nas primeiras rodadas de negociação naufragara a tentativa de aperfeiçoar a contabilização de gastos com pessoal para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Noutro recuo do Planalto, ficaram fora da conta terceirizados e vários tipos de auxílios, o que mascara o tamanho real da folha.

O retrocesso deixa intocada a principal causa do descalabro orçamentário nos Estados.

Culpar a dívida com o governo federal é ilusionismo, pois despesas com juros e amortizações representam menos de 15% dos dispêndios de governadores.

O peso maior vem da folha, que em muitos casos supera 80% da

arrecadação. Os deputados, para não melindrar líderes do funcionalismo, alegam que as amarras seriam irrealistas e demandariam cortes de salários.

Ora, é bem disso que se trata. Num momento de recessão, com tantos brasileiros premidos por desemprego e reajustes abaixo da inflação, não é justo que a categoria mais protegida do país continue a contar com garantias especiais.

O governo argumenta que não houve recuo. Teria preservado a contrapartida decisiva: gastos totais não poderão crescer acima da inflação nos próximos dois anos.

Do ponto de vista do deficit público, trata-se de prognóstico satisfatório. Na prática, se o teto se mostrar eficaz (algo longe de garantido) e, ao mesmo tempo, a conta salarial continuar a subir (como é de prever), governadores só terão os gastos sociais, especialmente saúde e educação, para comprimir.

É certo que parte do problema decorre da queda de receita com a recessão, obra do governo federal. Alguma flexibilidade nos pagamentos da dívida, assim, faz sentido. Mas isso não apaga o fato de que despesas com pessoal nos Estados subiram 96% de 2009 a 2015, muito acima da inflação.

O Planalto cedeu invocando a autonomia dos Estados, que poderão acomodar despesas no teto como quiserem. A autonomia, na verdade, é defendida apenas para aumentar os dispêndios. Quando o buraco aparece, todos vão choramingar no Tesouro Nacional.

FOLHA DE S. PAULO

Domingo em Curitiba

LETICIA SABATELLA

Não sentia medo enquanto era atacada, sentia tristeza pelo abismo criado por tanta irracionalidade, pela impossibilidade do diálogo

12 AGO 2016

Há quem queira acreditar que eu teria tido a intenção de provocar o que aconteceu naquele domingo, 31 de julho, de manifestações. Difícil aceitar o que revelam as imagens, por isso as pessoas buscam justificativas para não colocar em risco convicções arraigadas. Sinto dizer, mas tudo ocorreu exatamente daquele jeito mesmo.

Passava eu pela beira de praça em Curitiba, em início de concentração para manifestação a favor do impeachment.

Sempre deixo a tranquilidade decidir aonde a rua 15 de Novembro vai me levar. Quando tem concerto da orquestra, vou direto pro Teatro Guaíra. A feira do largo da Ordem, os encontros na Santos Andrade e no calçadão. O almoço em família. Caminhar pelo centro é uma tranquilidade, ruas vazias, gesto natural ao encontrar um sorriso pedindo atenção.

A não ser que alguém queira tirar proveito e enredar aquele gesto gratuito em uma armação para linchamento. Tudo ocorreu apenas por ser início de concentração para uma manifestação contrária ao meu posicionamento? Seria isso tão necessário para defender uma opinião? Destruir a imagem, a reputação, a vida de outra pessoa? Nenhuma real argumentação?

Parei para dar atenção a uma senhora, começamos a conversar quando chegaram suas companheiras. Quiseram me envolver, puxar e segurar para fotografar com o boneco do Lula presidiário, bandeiras etc.

Começaram a chamar pessoas, gritando que eu estava ali. Formou-se um grupo para me humilhar. Um senhor me jogou tinta, mesmo eu pedindo, por favor, que não o fizesse. Outros gritavam, xingando.

A polícia veio me proteger, a histeria crescia. Ao ver tantas câmeras em minha direção, com o intuito de me humilhar nacionalmente, liguei a minha como defesa. Seguiram assim até a entrada do meu prédio, onde preferi ficar e esperar a dispersão das agressões, antes de decidir o que fazer.

Quanto medo eles sentiram de que o meu pensar e falar destruíssem suas ilusões, simplesmente por eu existir e não ser o que pudessem controlar. Medo de uma mulher que exerce a liberdade de ser, de ir e vir, de criar o mundo que deseja a partir do diálogo — o sonho de um país com igualdade de direitos para todos.

Não sentia medo enquanto era atacada, sentia tristeza pelo abismo criado por tanta irracionalidade, pela impossibilidade do diálogo. Queriam me reduzir a um objeto mais conhecido, mais possível de registrar em suas mentes, sem reflexão, menos ameaçador.

Um ser humano é mais complexo, ouve, fala, tem nuances e sensibilidade. Um objeto, um bode expiatório, é menos misterioso, mais simples de lidar e justificar a existência de tanto ódio. Como se admitir integralmente sem criar um motivo externo para explicar a sombra que também somos?

Eu sinto muito pela prisão em que se encontram. A prisão do ódio é alucinógena. Distorce as intenções, cega a lucidez. O que resta é o desejo de destruição do outro. Mas não é possível destruir o que já existe, nem matando.

A única saída é transformar o que o medo vê como monstro em uma pessoa, um igual, com quem se possa conviver dignamente. Respeitar os limites da liberdade de expressão. Que sirva para alertar, convocar, convencer. Não impor, castrar, excluir.

É preciso uma governança muito sábia para lidar com a diversidade de nosso país. É preciso preservar os princípios democráticos. Nas discussões políticas da tribo Krahô, todos têm o direito de falar, ordenadamente, sem restrição. Dos mais simples aos mais sábios. Os sábios falam por último e dão os conselhos necessários para chegar à solução.

Jamais pretendi o que aconteceu naquele domingo. Semifebril, recuperando-me de um resfriado, queria apenas almoçar e mais tarde passar na manifestação contra o golpe, pela democracia.

Por esse princípio, de democracia, resisti, ao final de tudo, em frente ao prédio em que moro.

A democracia é nossa única chance de convivência saudável. Ninguém precisará ser impedido de caminhar na rua de sua casa, de conversar com um adversário de ideias, ninguém precisará mais sumir, ser exilado, preso, assassinado por seus posicionamentos, na história de nosso país, se a democracia for preservada.

LETICIA SABATELLA é atriz, cantora e bailarina. Atuou nas novelas "O Clone" (2005) e "Caminho das Índias" (2009) e nos filmes "Não por Acaso" (2007) e "Chaô, o Rei do Brasil" (2015)

FOLHA DE S. PAULO

Moro manda Bumlai de volta à cadeia em Curitiba

12 AGO 2016

Defesa pedia que ele
seguisse preso em casa

Em prisão domiciliar há cinco meses, o pecuarista José Carlos Bumlai deverá voltar à carceragem da Polícia Federal até o fim do mês, decidiu o juiz Sergio Moro nesta quarta (10).

Bumlai, investigado sob suspeita de repassar dinheiro ao PT e de tentar obstruir a Operação Lava Jato, estava em casa, com tornozeleira eletrônica, para tratamento médico. Ele cuidou de tumor na bexiga e fez cirurgia cardíaca.

A defesa de Bumlai, 71, pedia prorrogação da prisão domiciliar, argumentando que o empresário precisa se submeter a reabilitação cardíaca.

Moro, porém, entendeu que os indícios contra o pecuarista “se agravaram” — já que, além de réu na Lava Jato, ele também foi denunciado sob acusação de obstrução da justiça por supostamente participar do plano de fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

O empresário ainda é investigado por benfeitorias no sítio de Atibaia, que pertenceria ao ex-presidente Lula, de quem é amigo. Também pesam contra ele suspeitas de ter intermediado propina a políticos e agentes públicos.

Para Moro, a saúde de Bumlai está “estabilizada”, já que o tumor regrediu e o tratamento contra a doença foi finalizado. Novas etapas dele serão aplicadas na carceragem ou, se necessário, em hospitais privados, com escolta. Bumlai deverá se apresentar à PF em 23 de agosto. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

12 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

TSE autoriza apuração sobre PMDB e PP

Serão investigadas suspeitas de recebimento de propina oriunda da Petrobras; partidos podem ter registro cassado

Documentos da Lava Jato compartilhados com o TSE indicam que siglas se beneficiaram de esquema na estatal

GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Gilmar Mendes, autorizou a abertura de duas investigações para apurar se o PMDB e o PP receberam recursos desviados do esquema na Petrobras.

Em despachos assinados nesta quarta (10), Mendes acolheu uma representação da corregedora-geral do tribunal, ministra Maria Thereza de Assis Moura. Na última terça (9), ela solicitou a apuração das suspeitas de que as duas siglas foram abastecidas com propina.

No caso de condenação, os dois partidos correm o risco de ter seus registros cassados, à exemplo do que também pode ocorrer com o PT, que já é alvo de outros procedimentos em tramitação na corte.

O pedido da ministra baseia-se no compartilhamento de documentos da Operação Lava Jato com o TSE, autorizado pelo juiz Sergio Moro. Neles, há elementos indicando que PP e PMDB foram beneficiados pelo petrolão, assim como o PT.

A representação da ministra contém trechos de depoimentos em que o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor

da Petrobras Paulo Roberto Costa admitem que repassavam propina a quadros das duas legendas.

“Comprovadas tais condutas, estaríamos diante da prática de crimes visando a conquista do poder e/ou sua manutenção, nada muito diferente, portanto, dos períodos bárbaros em que crimes também eram praticados para se atingir o poder. A mera mudança da espécie criminosa não altera a barbaridade da situação”, escreveu a ministra.

PT E PSDB

O PT é alvo de processo aberto em 2015 para apurar suspeita de que recebeu indiretamente R\$ 52 milhões de recursos da Petrobras para campanhas de 2014, inclusive a da presidente afastada, Dilma Rousseff. O ofício solicitando a abertura do processo desapareceu e Mendes determinou este mês o recomeço da ação.

Também nesta quarta, a ministra Assis Moura mandou técnicos do tribunal investigarem gastos da campanha do senador Aécio Neves (PSDB-MG) à Presidência em 2014. A decisão se baseia em pedido do PT, que apontou supostos indícios de uso de empresas de fachadas e caixa 2 pelos tucanos.

12 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Marta declara R\$ 13 milhões em bens à Justiça Eleitoral

Ações de empresa são quase metade do valor; patrimônio caiu em relação a 2010

DE SÃO PAULO

A candidata do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, divulgou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que tem bens no valor de R\$ 13,3 milhões.

Entre os itens listados, quase metade (R\$ 6,3 milhões) é relacionada a cotas da empresa Salamina Participações. Marta também possui R\$ 2,8 milhões em cotas da Copara Organização e Administração e R\$ 1,7 milhão em um fundo de investimento do Banco do Brasil.

O imóvel mais valioso é um apartamento de R\$ 1,8 milhão no Jardim Paulistano (zona oeste de SP).

Entre os bens móveis, a candidata declarou cinco quadros, dois tapetes, cinco faqueiros, três esculturas, quatro aparelhos de jantar, dois anéis e um brinco de brilhantes no valor total de R\$ 60 mil.

Comparando com a declaração feita por Marta na campanha ao Senado, em 2010, o patrimônio dela diminuiu. Na ocasião, ela declarou cerca de R\$ 12 milhões em bens, o equivalente a R\$ 18 milhões em valores atuais.

Um dos bens dos quais Marta se desfez está um apartamento no Guarujá avaliado na ocasião em R\$ 1,4 milhão.

ERUNDINA

A ex-prefeita Luiza Erundina, candidata pelo PSOL, declarou à Justiça Eleitoral três bens com valor total de R\$ 605 mil: dois apartamentos e um automóvel.

Trata-se do segundo menor patrimônio declarado até estar quinta-feira (11) à Justiça Eleitoral.

O menor é o do atual prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Fernando Haddad (PT), que declarou na quarta-feira (10) R\$ 452 mil.

O valor é inferior aos R\$ 473.789,66 declarados na última candidatura, em 2012.

A lista deste ano conta com quatro bens: depósito bancário de R\$ 38.491,81 no Banco do Brasil, parte de uma casa no Planalto Paulista no valor de R\$ 183 mil, um apartamento no Paraíso no valor de R\$ 90 mil e cotas de capital herdadas em um espólio no valor de R\$ 140.446,26.

OUTROS

Levy Fidelix (PRTB) e o vereador Ricardo Young (Rede) também tiveram seus bens divulgados pelo TSE nesta quinta.

Young informou possuir bens no valor de R\$ 7,4 milhões. Com 1% de intenção de voto na última pesquisa do Datafolha, o vereador havia declarado patrimônio de R\$ 11,2 milhões quando se elegeu em 2012.

O ex-presidenciável e atual candidato à Prefeitura pelo PRTB, Levy Fidelix, declarou R\$ 772 mil.

Entre suas posses estão um apartamento em litígio de R\$ 80 mil, um Fiat de 1995 e R\$ 14 mil em obras de arte.

O tucano João Doria e o candidato do PRB, Celso Russomanno, já haviam declarado ter \$ 180 milhões e R\$ 1,8 milhão, respectivamente.

12 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Doria é cobrado por supostas dívidas com aluguel e vinhos

Valor somado chega a R\$ 715 mil; candidato contesta débitos

THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

O candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PSDB, João Doria, está sendo acionado na Justiça por supostamente ter deixado de pagar R\$ 450 mil no aluguel de um imóvel entre maio de 2015 e abril deste ano.

Em agosto, a imobiliária Tung Empreendimentos decidiu cobrar judicialmente o que entende ser o valor devido por um imóvel na alameda Gabriel Monteiro da Silva, no Jardim América, área nobre de São Paulo. Lá, funcionou uma loja de sua mulher, a artista plástica Bia Doria.

O valor se acumulou no período de quase um ano em que o casal fez obras para devolver a casa nas condições em que a recebeu, como mandava o contrato. Neste inter-

valo, o aluguel não foi pago.

Outra dor de cabeça para o tucano é uma disputa com um ex-amigo e atual desafeto, o consultor de vinhos Elídio Lopes, pela posse de garrafas da bebida.

Por ora, Lopes ainda tenta as vias extrajudiciais para reaver US\$ 84 mil (cerca de R\$ 265 mil) pelas garrafas que cedeu para Doria expor na adega de sua casa.

O apresentador diz não consumir bebidas alcoólicas, mas queria ter uma boa adega em casa mesmo assim.

Segundo a **Folha** apurou, Lopes concordou informalmente em deixar garrafas na adega de Doria enquanto não as vendesse, como se fosse um estoque e vitrine de sua loja de vinhos.

Há quatro anos, o consultor fechou a loja e diz que ficou no prejuízo com o custo

dos produtos, que ainda permanecem com o tucano.

Em maio deste ano, ele resolveu cobrar o valor. Procurou Doria, sem sucesso. Finalmente, o advogado do empresário respondeu que não reconhecia o débito.

Ao contrário, apontou um saldo a pagar de R\$ 43 mil, sem informar o motivo.

OUTRO LADO

A assessoria de Doria afirmou que a cobrança de R\$ 450 mil por aluguéis pendentes “está em negociação e será resolvida amigavelmente”.

A proprietária do imóvel, Tung Empreendimentos, não quis comentar.

Quanto ao imbróglio com o consultor de vinhos, a assessoria limitou-se a reafirmar que entende ser credora de um saldo do consultor, mas não detalhou a razão.

12 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL



Aqui, não Gilmar Mendes (STF) secou. Desde outubro segue um regime, mas fugiu da Ravenna. "Ela emagrece, mas dá impeachment", brinca um interlocutor sobre a dieta de Dilma Rousseff.

PAINEL

Visita à Folha Beto Richa (PSDB-PR), governador do Paraná, visitou nesta quinta (11) a **Folha**, onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de sua mulher, Fernanda Richa, secretária da Família e Desenvolvimento Social, Márcio Villela, secretário de Comunicação, e Sérgio Kobayashi, diretor-presidente da rádio e TV É-Paraná.

12 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Trabalhar mais faz homem ir menos ao SUS, diz ministro

Em pesquisa do Ministério da Saúde, 31% dos ouvidos disseram não buscar acompanhamento preventivo

Levantamento mais recente do IBGE mostra que lares chefiados por mulheres aumentaram 67% entre 2004 e 2014

NATÁLIA CANCIAN
DE BRASÍLIA

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse que os homens procuram menos os serviços de saúde porque “trabalham mais” que as mulheres e “são os provedores” da maioria das famílias.

A declaração foi feita nesta quinta-feira (11) após o lançamento de uma pesquisa feita pela ouvidoria da pasta em 2015, por telefone, com 6.141 homens cujas parceiras fizeram parto no SUS (Sistema Único de Saúde). Desse total, 31% afirmaram que não têm o hábito de ir às unidades de saúde para buscar auxílio na prevenção de doenças.

Questionado sobre os motivos que levam a esse cenário, Barros respondeu se tratar de “uma questão de hábito, de cultura, até porque os homens trabalham mais, são os provedores da maioria das famílias e não acham tempo para se dedicar à saúde preventiva”. Em seguida, afirmou que “é uma cultura que precisa ser modificada.”

Dados da pesquisa divulgada pelo ministério, porém, mostram que o horário de funcionamento das unidades de saúde foi apontado por apenas 2,8% dos homens como motivo para não irem aos serviços de saúde.

A maioria (55%) afirma que “nunca precisou”, ou seja, que procura somente em casos urgentes. Outros 17,4% alegam utilizar a rede privada e 14,5% reclamam da demora no atendimento.

CHÊFE DO LAR

Resultados da última Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, também mostram que, embora homens ainda respondam pela maioria dos lares brasileiros, mulheres vêm ocupando cada vez mais esse papel.

De 2004 a 2014, a quantidade de lares chefiados por mulheres aumentou 67%. Já a estatística de homens cresceu apenas 6% no período.

O mesmo estudo mostra ainda que as mulheres já fazem cinco horas a mais de “dupla jornada” em comparação aos homens — somando tempo dedicado ao trabalho remunerado fora de casa com as atividades dentro de casa.

A pesquisa sobre o cuidado da saúde pelos homens foi anunciada com um projeto definido como “pré-natal do parceiro”. O objetivo, segundo o ministério, é aproveitar o momento em que o homem acompanha a mulher no pré-natal para que seja atualizada a carteira de vacinação e realizados exames preventi-

vos também para o parceiro.

'DESASTROSO'

A declaração foi avaliada como “desastrosa” por assessores e auxiliares presidenciais e aumentou a pressão para que o presidente interino, Michel Temer, mude o comando da pasta após a conclusão do processo de impeachment.

Além da insatisfação em relação à postura do ministro, a avaliação interna é de que ele não tem apresentado um desempenho de destaque.

O entorno do presidente interino voltou a defender o nome do cirurgião paulista Raul Cutait, que chegou a ser sondado pela equipe do peemedebista antes do afastamento da presidente Dilma Rousseff.

MULHERES DO LAR

40%

das casas brasileiras são chefiadas por mulheres, segundo pesquisa de 2014

28 milhões

estão nessa condição (contra 42 milhões de homens)

42 milhões

é a população feminina ocupada — são 56 milhões de homens empregados

R\$ 1.763

é o rendimento médio das mulheres, valor R\$ 530 menor que o dos homens

Fonte: IBGE

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

O ministro que não se cala

BRASÍLIA - Michel Temer atrasou o relógio da história em quatro décadas ao nomear um ministério sem nenhuma mulher. Agora o titular da Saúde, Ricardo Barros, mostrou que está em sintonia com o chefe. Ele declarou que os homens vão menos ao médico porque “trabalham mais”.

O comentário do ministro é desmentido por dados oficiais do governo. Segundo o IBGE, as mulheres trabalham quatro horas a mais por semana, somando o tempo dedicado às atividades domésticas.

Barros nem precisava conhecer este número para evitar o comentário infeliz. Bastava ler a pesquisa que ele mesmo divulgou nesta quinta (11), em Brasília. De acordo com o levantamento, apenas 2,8% dos homens apontam o horário de funcionamento das unidades de saúde como razão para não frequentá-las.

Desde que assumiu o Ministério da Saúde, há exatos três meses, Barros se notabiliza pelas declarações desastradas. Em maio, ele usou um argumento religioso para defender o uso da fosfoetanolamina, a “pílula do câncer”, sem a realização de testes clínicos. “Se ela não tem efetividade, mas as pessoas acreditam que tem, a fé move montanhas”, disse.

Depois o ministro defendeu que o governo incluía as igrejas nas discussões sobre o aborto. Padres e pastores têm o direito de pregar o que quiserem, mas não devem influir nas políticas públicas de saúde.

As declarações infelizes mostram o despreparo do ministro, mas não são o pior traço da sua gestão. O que realmente preocupa é a forma como Barros defende abertamente os interesses das seguradoras, que ajudaram a financiar sua campanha a deputado federal em 2014.

O ministro já disse que não cabe ao governo fiscalizar a qualidade dos planos de saúde. Também criticou o fato de pacientes buscarem seus direitos na Justiça para receber atendimento médico. Numa próxima entrevista, é possível que ele reconheça que a melhor alternativa para os doentes é rezar.

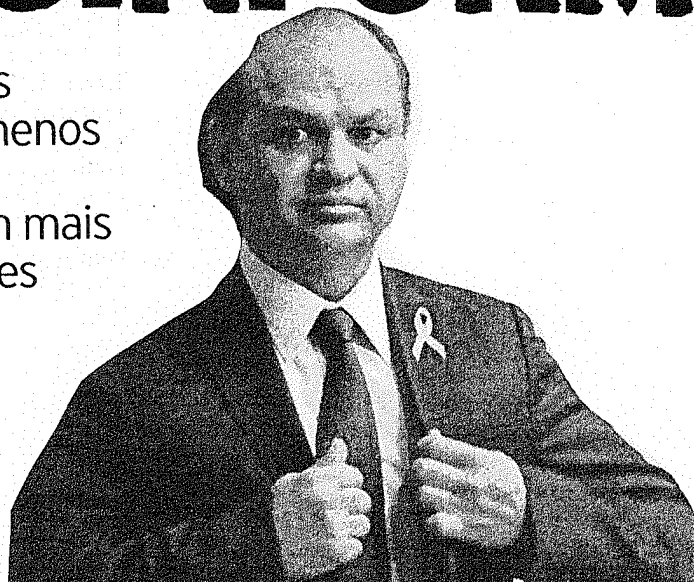
12 AGO 2016

12 AGO 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

DESINFORMADO

Ministro diz
que homens
procuram menos
médico por
trabalharem mais
que mulheres



Barros: homens "tem menos tempo" porque trabalham fora.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que os homens procuram menos o atendimento de saúde porque "trabalham mais do que as mulheres e são os provedores" das casas brasileiras. Além de acreditar que os homens "possuem menos tempo" do que as mulheres, o ministro considerou que os homens fazem menos acompanhamento médico por uma questão de hábito e de cultura. Ontem, o ministério lançou um guia do "Pré-Natal do Parceiro", a fim de incentivar os homens a fazerem exames de prevenção ao acompanhar as mulheres aos postos de atendimento durante a gravidez.

Apesar da declaração do ministro, dados do IBGE indicam que as mulheres trabalham mais do que os homens. Em 2004, as mulheres trabalhavam quatro horas a mais que os homens por semana, quando se soma a ocupação remunerada e o que é feito dentro de casa. Em uma década, a diferença aumentou mais de uma hora. Em 2014, a dupla jornada feminina passou a ter cinco horas a mais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Nestes dez anos, os homens viram sua jornada fora

de casa cair de 44 horas semanais para 41 horas e 36 minutos. A jornada dentro de casa permaneceu em 10 horas semanais.

O programa do Ministério da Saúde do pré-natal para homens busca reduzir a diferença de sete anos entre a expectativa de vida entre homens e mulheres e aproximar os pais durante a gestação. Um projeto piloto da iniciativa já existe há um ano, com treinamentos para os chamados "multiplicadores" (que podem ser gestores, psicólogos, assistentes sociais, médicos ou enfermeiros). Eles recebem um treinamento para propagar o projeto em seus Estados. Até dezembro deste ano, a expectativa do ministério é de que cerca de 800 multiplicadores tenham recebido os ensinamentos. Estados como Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná já deram início ao programa.

12 AGO 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

VOLTA PRA CADEIA!

O juiz federal Sérgio Moro determinou que o pecuarista José Carlos Bumlai volte à prisão. Em março deste ano, após ser diagnosticado com câncer na bexiga, o pecuarista ganhou o direito a recolhimento domiciliar para fazer tratamento. Ele deverá se apresentar à Polícia Federal de Curitiba no próximo dia 23. "No momento, após cinco meses de prisão domiciliar, a situação de saúde do acusado mostra-se estabilizada", diz Moro, no despacho registrado na noite de anteontem no sistema da Justiça Federal do Paraná. O juiz diz ainda que a necessidade de realizar exames periódicos para o controle do tumor e da reabilitação cardíaca não justificam a prisão domiciliar.

INVESTIGAÇÃO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, decidiu autorizar anteontem, o andamento das investigações contra o PMDB e o PP, atendendo pedido feito pela corregedora-geral da Justiça Eleitoral, a ministra Maria Thereza de Assis Moura, com base nas apurações em andamento no âmbito da Operação Lava Jato.

12 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mantida decisão que determinou execução da pena de ex-presidente de banco paranaense

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que, após o julgamento de recurso, determinou a imediata execução da pena imposta ao empresário Alberto Dalcanale Neto, condenado a quatro anos, um mês e quinze dias de prisão, em regime inicial semiaberto pelo crime de gestão fraudulenta no extinto Banco Araucária S/A, do qual foi presidente. A decisão do ministro indefere liminar for-

mulada no Habeas Corpus (HC) 135968.

No Supremo, a defesa do empresário alega que a decisão do STF que reconheceu a possibilidade de início do cumprimento da pena quando a segunda instância mantém a condenação (HC 126292) não tem efeito vinculante, portanto não poderia ser invocada pelo TRF-4 para, após o julgamento de recurso, determinar a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação. Sustenta

que a própria sentença condenatória garantiu ao empresário o direito de apelar em liberdade, e que existem recursos pendentes dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao próprio STF. Após o STJ negar liminar em habeas corpus lá impetrado, a defesa apresentou ao STF novo HC pedindo a concessão de liminar para suspender a decisão do TRF-4 e, no mérito, a garantia a seu cliente do direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da sentença.

STF – Mantida prisão de ex-prefeito de Buriti (MA), denunciado por crimes de responsabilidade

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Habeas Corpus (HC) 135491 e manteve a prisão preventiva decretada contra Francisco Evandro Freitas Costa Mourão, ex-prefeito de Buriti (MA), também conhecido como Neném Mourão. O habeas foi impetrado contra decisão

de relator no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que indeferiu pedido de revogação da prisão cautelar e julgou inviável o HC.

Denunciado pela suposta prática de crimes de responsabilidade (artigo 1º, I e V, do Decreto-Lei 201/1967 em conjunto com o artigo 69 do Código Penal) e por crime

contra a Lei de Licitações (artigo 89 da Lei 8.666/1993 combinado com o artigo 71 do Código Penal), quando ocupava o cargo de prefeito, Neném Mourão teve prisão preventiva decretada para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. O ex-prefeito alega a inexistência dos requisitos necessários à decretação da cautelar.

12 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sérgio Moro determina que Bumlai volte à prisão

O juiz federal Sérgio Moro determinou que o pecuarista José Carlos Bumlai volte à prisão. Em março deste ano, após ser diagnosticado com câncer na bexiga, o pecuarista ganhou o direito a recolhimento domiciliar para fazer tratamento. Ele deverá se apresentar à Polícia Federal de Curitiba no próximo dia 23.

Segundo o despacho de Moro, Bumlai obteve permissão para cumprir a prisão preventiva (quando não há prazo determinado para terminar) em regime domiciliar por questões de saúde. Inicialmente o juiz determinou que ele ficasse nesse regime por 3 meses, mas o período foi prorrogado depois que o pecuarista precisou ser submetido a uma cirurgia cardíaca. O novo prazo concedido por Moro tem fim este mês e a defesa pediu mais uma vez a prorrogação do período, o que foi negado pelo juiz.

“No momento, após cinco meses de prisão domiciliar, a situação de saúde do acusado mostra-se estabilizada”, diz Moro, no despacho registrado na noite de quarta-feira no sistema da Justiça Federal do Paraná. O juiz diz ainda que a necessidade de realizar exames periódicos para o controle do tumor e da reabilitação cardíaca não justificam a prisão domiciliar.

12 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Sérgio Moro determina que Bumlai volte à prisão fechada em Curitiba

Julia Affonso, Mateus
Coutinho, Ricardo Brandt
e Fausto Macedo
Agência Estado

*Defesa diz que Bumlai
não vai criar obstáculos
às investigações*

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, restabeleceu a prisão preventiva do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão foi tomada na quarta-feira (10) e determina que o pecuarista, atualmente em prisão domiciliar, se apresente à Polícia Federal em 23 de agosto.

Bumlai, de 71 anos, é acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e por crimes financeiros no emblemático empréstimo de R\$ 12 milhões da Schahin para o PT em 2004. Ele havia sido custodiado preventivamente, por ordem de Moro, em novembro de 2015, na Operação Passe Livre, desdobramento da Lava Jato.

O magistrado, a pedido da defesa de Bumlai e contrariamente à manifestação do Ministério Público Federal, em março deste ano, concedeu prisão domiciliar para que o pecuarista tratasse um tumor na bexiga. Durante o tratamento, Bumlai passou por uma cirurgia cardíaca e teve a prisão domiciliar ampliada até 19 de agosto.

A defesa de Bumlai pediu nova ampliação do prazo e a Procuradoria da República se manifestou de maneira

contrária. Desta vez, Moro negou a prorrogação da prisão domiciliar do pecuarista e ordenou que Bumlai se apresente à Polícia Federal.

O juiz da Lava Jato declarou que os exames, a reabilitação cardíaca e o recebimento de medicamentos para controle dos problemas de saúde podem ser feitos, "sem qualquer dificuldade, em Curitiba, no próprio Complexo Médico-Penal, no qual o acusado estava previamente recolhido, ou, eventualmente, se necessário por saídas periódicas para hospitais privados em Curitiba".

"Agregue-se que, recentemente, este Juízo ouviu o acusado José Carlos Costa Marques Bumlai em audiência na ação penal (inclusive registrado em vídeo e que pode ser examinado por qualquer um), e pôde constatar diretamente que se encontra em boas condições de saúde", anotou Moro. O magistrado registrou que Bumlai "não tem mais de oitenta anos" e não se encontra "extremamente debilitado por motivo de doença grave".

O juiz da Lava Jato foi taxativo. "Na prisão, poderá o

acusado persistir nos exames e tratamentos necessários, seja no Complexo Médico-Penal, seja eventualmente por saídas provisórias para exame em hospitais privados, com a necessária escolta. Deverá se apresentar à Polícia Federal em Curitiba no dia 23 de agosto de 2016. Até então, sua Defesa terá condições de proceder às verificações e arranjos necessários para exames e continuidade do tratamento médico em Curitiba."

Ao indeferir o pedido da defesa de Bumlai, o juiz Moro se amparou em ação penal da Justiça Federal, de Brasília. Neste processo, o pecuarista, o ex-presidente Lula, o ex-senador Delcídio Amaral (sem partido-MS) e mais quatro são réus por "agirem irregularmente para atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato". Os investigados teriam tentado comprar o silêncio do ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, para que o executivo não fizesse delação premiada.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

12 AGO 2016

Segundo o juiz da Lava Jato, “há outros ilícitos criminais em investigação em relação a José Carlos Costa Marques Bumlai”. Moro lembrou que “o envolvimento, sob investigação, de José Carlos Costa Marques Bumlai em reformas e benfeitorias no Sítio de Atibaia”, propriedade atribuída ao ex-presidente Lula e investigada pela Lava Jato.

“Então o risco à instrução e à investigação que motivou a preventiva não só é atual, como foi reforçado. O mesmo pode ser dito em relação ao risco à ordem pública, já que a tentativa de obstrução à Justiça também representa reiteração delitiva, embora por crime de diferente espécie”, afirmou Moro.

DEFESA

A advogada Daniella Meggiolaro, que defende José Carlos Bumlai, afirma que o pecuarista não vai criar obstáculos às investigações. “Nos últimos cinco meses Bumlai cumpre prisão domiciliar, sendo monitorado 24 horas por dia, comparecendo a todos os atos aos quais é chamado e prestando relevantes informações às autoridades, como reconheceu, inclusive, o próprio Juízo de Curitiba. Não há, como nunca existiu, nenhuma necessidade de retorno ao Complexo Médico Penal, muito menos indicativos de que ele possa criar qualquer obstáculo às investigações.”

FOLHA DE LONDRINA

**TSE autoriza
investigações
de PMDB e PP**

Gabriel Mascarenhas

Folhapress

12 AGO 2016

Brasília - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, autorizou a abertura de duas investigações para apurar se o PMDB e o PP receberam recursos desviados do esquema de corrupção da Petrobras.

Em despachos assinados na última quarta-feira (10), Mendes acolheu uma representação da corregedora-geral do tribunal, ministra Maria Thereza de Assis Moura. Na última terça (9), ela solicitou a apuração das suspeitas de que as duas siglas foram abastecidas com propina.

No caso de condenação, os dois partidos correm o risco de ter seus registros cassados, a exemplo do que também pode ocorrer com o PT, alvo de outros procedimentos em tramitação no tribunal.

O pedido da ministra baseia-se no compartilhamento de documentos da Operação Lava Jato com o TSE, autorizado pelo juiz Sérgio Moro. Neles, há fortes elementos indicando que PP e PMDB foram beneficiados pelo petrolão, assim como o PT.

“Constato, nesta análise preliminar da documentação, indícios de práticas ilegais tanto por parte do Partido dos Trabalhadores - PT, quanto pelo Partido Progressista - PP e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB”, argumenta. A representação da ministra contém trechos de depoimentos em que o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa admitem que repassavam propina a quadros das duas legendas.

12 AGO 2016

BEMPARANÁ

Ministro da Saúde volta a causar polêmica

Ricardo Barros diz que homens vão menos ao médico por trabalharem mais

Franklin de Freitas

O ministro da Saúde, deputado federal paranaense Ricardo Barros (PP) voltou ontem a causar polêmica ao afirmar que os homens procuram menos o atendimento de saúde porque “trabalham mais do que as mulheres e são os provedores” das casas brasileiras. Além de acreditar que os homens “possuem menos tempo” do que as mulheres, o ministro considerou que os homens fazem menos acompanhamento médico por uma questão de hábito e de cultura. Nesta quinta-feira, 11, o ministério lançou um guia do “Pré-Natal do Parceiro”, a fim de incentivar os homens a fazerem exames de prevenção ao acompanhar as mulheres aos postos de atendimento durante a gravidez.

Apesar da declaração do ministro, dados do IBGE indicam que as mulheres trabalham mais do que os homens. Em 2004, as mulheres trabalhavam quatro horas a mais que os homens por semana, quando se soma a ocupação remunerada e o que é feito dentro de casa. Em uma década,



Barros: paranaense coleciona polêmicas no cargo

da, a diferença aumentou mais de uma hora. Em 2014, a dupla jornada feminina passou a ter cinco horas a mais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Nestes dez anos, os homens viram sua jornada fora de casa cair de 44 horas semanais para 41 horas e 36 minutos.

O programa do Ministério da Saúde do pré-natal para homens busca reduzir a diferença de sete anos entre a expectativa de vida entre homens e mulheres e aproximar os pais durante a gestação. “Nesse momento em que

eles vão aos postos de saúde acompanhar as mulheres no pré-natal nós queremos capturar os homens”, disse Barros. “Normalmente quando o atendimento familiar vai à casa das famílias os homens estão fora trabalhando”, comentou Barros.

Antecedentes - Não é a primeira polêmica do paranaense à frente do ministério. Logo após assumir o cargo, em maio, ele suscitou críticas depois de afirmar que o País não teria condições financeiras de garantir o direito de acesso universal à saúde pública a

“Normalmente quando o atendimento familiar vai à casa das famílias os homens estão fora trabalhando”.

do ministro da Saúde,
Ricardo Barros (PP)

todos, como previsto na Constituição Federal de 1988, que criou o Sistema Único de Saúde. E que o tamanho do SUS teria que ser revisto. Barros também afirmou que o Ministério deveria discutir a questão do aborto com as igrejas, e defendeu a criação de planos de saúde “populares”, com menos exigências de cobertura e atendimento. Outra declaração polêmica foi a de que muitos pacientes que procuram atendimento em unidades de atenção básica da rede pública apenas “imagina” estar doente.

1 2 AGO 2016

BEMPARANÁ

Juiz Moro manda Bumlai de volta à prisão

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, restabeleceu a prisão preventiva do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão foi tomada na quarta-feira e determina que o pecuarista, atualmente em prisão domiciliar, se apresente à Polícia Federal em 23 de agosto.

Bumlai, de 71 anos, é acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e por crimes financeiros no emblemático empréstimo de R\$ 12 milhões da Schahin para o PT em 2004. Ele havia sido custodiado preventivamente, por ordem de Moro, em novembro de 2015, na Operação Passe Livre, desdobramento da Lava Jato.

LAVAGEM

**R\$ 12
milhões**

é valor do
empréstimo que
Bumlai teria obtido
para o PT em 2004

O magistrado, a pedido da defesa de Bumlai em março deste ano, concedeu prisão domiciliar para que o pecuarista tratasse um tumor na bexiga. Durante o tratamento, Bumlai passou por uma cirurgia cardíaca e teve a prisão domiciliar ampliada até 19 de agosto.

Rezek na Alep

O ex-ministro do STF, Francisco Rezek, estará na manhã desta sexta (12) na Assembleia Legislativa (Alep). A partir das 10h, ele profere a palestra "Direitos Humanos: universalidade e ambiguidades na hora atual". O evento, promovido pela Escola do Legislativo, é aberto aos servidores da Casa e interessados.

12 AGO 2016

BEMPARANÁ

TSE abre investigações contra PMDB e PP

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, decidiu autorizar na noite de quarta-feira, o andamento das investigações contra o PMDB e o PP, atendendo pedido feito pela corregedora-geral da Justiça Eleitoral, a ministra Maria Thereza de Assis Moura. Na última terça-feira, 9, a corregedora havia pedido que fossem abertas investigações contra o PMDB e o PP com base nas apurações em andamento no âmbito da Operação Lava Jato.

O pedido foi feito ao presidente do TSE, que na semana passada solicitou apuração semelhante sobre o uso de verbas públicas da Petrobras, mas com relação ao PT. Se a investigação concluir que houve uso de financiamento vedado pela

legislação eleitoral, o resultado pode ser a extinção das siglas.

“Constato, nesta análise preliminar da documentação, indícios de práticas ilegais tanto por parte do PT, quanto pelo PP e pelo PMDB”, alegou a corregedora, que cita depoimentos do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, personagens centrais da Operação Lava Jato.

O TSE ainda precisa definir quem deve ser o relator dos processos. No entendimento de Maria Thereza, que deixará o cargo nas próximas semanas, os processos devem ser distribuídos livremente entre os integrantes da Corte, em vez de ficar a cargo da Corregedoria. O plenário do TSE deverá discutir o assunto no próximo dia 23.

12 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Gilmar Mendes autoriza processos contra PP e PMDB



Gilmar Mendes diz que denúncias estão baseadas Na Lava Jato

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, autorizou a abertura de processos de investigação eleitoral contra o PP e o PMDB, feitos pela ministra Maria Thereza de Assis Moura. A ministra pediu investigação também do PT.

Os pedidos têm como base informações obtidas em depoimentos de delação premiada dados por envolvidos na Operação Lava Jato. Os partidos são acusados de ter recebido propina disfarçada em doações eleitorais declaradas oficialmente. Caso as acusações sejam comprovadas, os três partidos podem até perder o registro na Justiça Eleitoral.

Também na terça-feira os processos relacionados ao PP e ao PMDB foram encaminhados a Mendes, que anteriormente havia pedido à ministra, que também é corregedora-geral eleitoral, a abertura de procedimento para investigar o PT. ●

Bumlai volta a Curitiba

Após cinco meses em prisão domiciliar, para tratamento de saúde, o pecuarista José Carlos Bumlai vai voltar a cumprir pena preventiva em Curitiba por determinação do juiz Sérgio Moro. Em sua decisão, ele considerou que a situação processual de Bumlai se agravou com a denúncia de obstrução da Justiça feita pela Procuradoria Geral da República e aceita pela 10ª Vara Federal de Brasília.

11 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

LIMINAR

TJ-PR suspende processo da primeira fase da Publicano

Juiz Márcio Tokars acatou argumentos de advogados de auditor da Receita Estadual de que houve cerceamento de defesa. Processo está na fase de conclusão e já havia sido enviado ao MP para alegações finais - próximas fases seriam as últimas considerações dos acusados e a sentença. Suspensão vai até os desembargadores da 2ª Câmara Criminal do TJ julgarem o mérito do habeas corpus. Juiz de Londrina apresentou ao tribunal sua manifestação sobre a liminar. À FOLHA, se disse contrário ao posicionamento do TJ

11 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Na reta final, TJ suspende processo da Publicano 1

Suspensão ocorrerá até que os desembargadores julguem o mérito do habeas corpus de advogado de auditor da Receita que alegou cerceamento de defesa



"Esperamos que a liminar seja cassada no mérito o quanto antes", afirmou o promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, coordenador do Gaeco de Londrina

*Com 73 réus,
processo começou
a tramitar
há 476 dias*

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz substituto em segundo grau, Márcio Tokars, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, concedeu liminar e suspendeu o processo relativo à primeira fase da Operação Publicano, deflagrada em 20 de março de 2015, que apura a existência de organização criminosa incrustada na Receita Estadual de Londrina especializada em cobrar propina de empresários sonegadores de impostos. Com 73 réus, o processo, que começou a tramitar há 476 dias, em 22 de abril do ano passado, está na fase final: já foi enviado ao Ministério Público (MP) para alegações finais. A próxima fase seriam as alegações finais dos acusados e, posteriormente, a sentença.

A suspensão vai até os desembargadores da Câmara julgarem o mérito do habeas corpus, impetrado pela defesa do auditor Gilberto Della Coletta, que faria parte da cúpula da Receita Estadual do Paraná, em Curitiba, e receberia parte da propina arrecadada pelos auditores em Londrina, segundo a acusação.

Tokars acatou os argumentos de Coletta, de que houve cerceamento de defesa. Após a instrução (depoimentos de testemunhas e réus), realizada entre fevereiro e abril deste ano, os advogados de Coletta pediram a oitiva de cinco outras testemunhas, com objetivo de refutar declarações do principal delator do esquema, o auditor Luiz Antonio de Souza. Segundo ele, perante o juiz, Coletta esteve em evento, em Londrina, em

2011, no qual, o auditor curitibano teria reclamado de estar recebendo pouca propina. Souza disse ter ouvido tal reclamação e que o colega José Luiz Favoreto também teria escutado a conversa. Porém, em interrogatório, Favoreto negou.

Para a defesa, haveria meios de provar que sequer Coletta esteve no evento. Porém, ao indeferir o pedido da defesa, o juiz Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal de Londrina responsável pelos processos da Publicano, entendeu que tal fato não era novo, ou seja, a acusação de Souza fora feita desde o início do processo. “O que almeja a douta Defesa é apresentar álibi de fatos imputados ao acusado desde a denúncia, não se tratando, portanto, de circunstância apurada durante a instrução”, escreveu o magistrado em decisão proferida em 6 de julho. E acrescentou: “Ademais, ainda que assim não fosse, não vislumbro a essencialidade da medida requerida, uma vez que, consoante ressaltado pelo próprio advogado, o interrogado José Luiz Favoreto Pereira negou as assertivas de Luiz Antônio que se pretende impugnar. Importante ressaltar que, como se sabe, desates condenatórios no Processo Penal dependem da existência de um conjunto probatório coeso, não sendo suficiente uma prova isolada, haja vista a relatividade de todas as provas.”

O próprio juiz substituto em segundo grau anota que o magistrado, pode indeferir pedido de diligência complementar, “conforme sua convicção, caso as julgue, fundamentalmente, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias ao julgamento do feito”. Mas, preferiu acatar os argumentos da defesa, “em observância aos princípios e regras processuais, bem como no intuito de preservar o processo de futura mácula por eventual nulidade”.

MANIFESTAÇÃO

Nanuncio apresentou ontem a sua manifestação ao TJ referente à liminar que suspendeu a Publicano. À FOLHA ele disse que é “absolutamente contrário” ao posicionamento do TJ, reiterando o seu entendimento sobre o pedido feito por Coletta no processo. “As oitivas seriam irrelevantes tanto para defesa quanto para a acusação, com caráter apenas procrastinatório. Mesmo tendo se passado vários dias do primeiro depoimento de Luiz Antonio de Souza, ninguém arrolou tais testemunhas nas audiências, tendo aparecido o pedido após a instrução do processo. Pode-se afirmar que houve inclusive preclusão de tal produção probatória.”

CONTINUA

11 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, promotor de Justiça Jorge Fernando Barreto da Costa, disse que foi “surpreendido pela liminar neste momento do processo, já com as audiências encerradas, com as alegações finais em andamento”. Segundo ele, o MP deveria entregar alegações até o dia 22 de agosto, mas a decisão de Tokars suspende todos os prazos. “Esperamos que a liminar seja cassada no mérito o quanto antes”, completou.

A Publicano 2 também chegou a ser suspensa, em outubro passado, por questões relativas a foro privilegiado de dois deputados estaduais citados em depoimentos, mas, meses depois, em junho deste ano, o Órgão Especial do TJ entendeu que não houve inquérito formal quanto a Tiago Amaral (PSB) e Ratinho Júnior (PSD). (Colaborou Edson Ferreira/Reportagem Local)

11 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Certidões eleitorais

Em todo o Paraná, devem ser inscritos até o próximo dia 15 de agosto cerca de 30 mil candidatos a vereador e a prefeito. Conforme exigência da Justiça Eleitoral, cada um precisa apresentar certidões criminais, de improbidade e cíveis, obtidas junto ao Tribunal de Justiça (TJ), além de outros documentos. Com tantos pedidos sendo apresentados, existe o risco de o TJ não conseguir atender todos dentro do prazo.

Atraso

Advogado de uma coligação em Londrina, ouvido pela FOLHA, disse que as certidões estão sendo liberadas dentro de cinco dias após a solicitação e que eventuais atrasos não poderão prejudicar os candidatos. Procurado, o TJ afirmou, por meio de nota, que desde o dia 20 de julho recebeu 30.639 pedidos de certidões para fins eleitorais. Foi criada uma força-tarefa formada por 15 pessoas para trabalhar em regime extraordinário seis dias por semana, com horário estendido até às 20 horas, exclusivamente na pesquisa, extração e envio de certidões por email.

Emitidas

Até ontem pela manhã, 13.329 formulários já foram inseridos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do TJ e desses, foram enviadas por e-mail aos requerentes 4.094 certidões. Segundo o TJ, quando o resultado da pesquisa é positivo, é necessário produzir informações que são enviadas ao Departamento Judiciário para verificação de homônimo junto ao Sistema Oráculo, por filiação. Entre as pesquisas já realizadas neste período, houve 1.590 informações positivas, as quais foram remetidas ao Departamento Judiciário para extração de certidões explicativas.

INFORME

Eleição no STF

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) elegeram no início da tarde de ontem a ministra Cármen Lúcia para presidir a Corte pelos próximos dois anos. A presidência de Ricardo Lewandowski se encerra daqui a um mês, no dia 10 de setembro. O plenário do Supremo elegeu também o ministro Dias Toffoli para vice-presidente do Tribunal no próximo biênio. A posse dos novos presidente e vice-presidente acontecerá no dia 12 de setembro. A eleição foi rápida e protocolar, já que a Corte tem tradição de escolher o ministro com mais tempo de casa que ainda não presidiu o Tribunal. Cármen presidirá o STF até 2018.

Janot defende que áudios de Lula fiquem com Moro

Brasília - Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que seja revogada uma decisão liminar do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, concedida durante o período de plantão. Na decisão, Lewandowski determinou que o juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato, se separasse das investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva áudios que envolviam autoridades que já tiveram foro privilegiado. Lewandowski não atendeu o pedido da defesa do ex-presidente para anular a validade das conversas, mas determinou que Moro mantivesse em separado os diálogos até análise do relator do caso, ministro Teori Zavascki. (Beatriz Bulla/Agência Estado)

1 1 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Beto e Cida viajam ao exterior e Traiano assume governo

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O governador Beto Richa (PSDB) e a vice-governadora Cida Borghetti (PP) informaram à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná ontem que se ausentarão do País entre os dias 11 e 20 de agosto, para “tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Estado”. Com isso, o presidente da AL, Aedemar Traiano (PSDB), assumirá a chefia do Palácio Iguaçú a partir de hoje. Essa é a segunda vez que ele ocupa o

cargo, em razão da ausência dos titulares. A primeira foi em outubro de 2015, também por dez dias.

Durante o período, a AL será comandada pelo primeiro vice-presidente, Jonas Guimarães (PSB). “É um período curto. Vamos conduzir o que vem sendo feito pelo presidente Traiano e prestar o serviço que tenho que prestar como vice-presidente, assumindo interinamente o comando dos trabalhos nesta Casa”, disse, em nota. Mesmo antes da troca, o pessebista já

precisou comandar os trabalhos ontem, uma vez que Traiano se ausentou, para acompanhar Beto em uma agenda em Ponta Grossa (Campos Gerais).

Quando a sessão deliberativa começou, às 10 horas, aliás, apenas sete dos 54 parlamentares estavam no plenário. Pouco a pouco, contudo, eles foram chegando e registrando presença no painel eletrônico. A votação da ordem do dia, isto é, da pauta, iniciou cerca de 40 minutos depois, com 50 deputados estaduais. Além de Traiano, faltaram Plauto Miró (DEM), Chico Brasileiro (PSD) e Luiz Carlos Martins (PSD). Apenas os dois últimos não apresentaram justificativas.

*É a segunda vez que
presidente da AL ocupa
chefia do Executivo*

11 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Corrupção se combate com respeito à lei

CLAUDIO LAMACHIA

Validar prova ilícita, sob o argumento de que o agente que a produziu tinha “boa-fé” (mesmo que tivesse), é consagrar o autoritarismo

O combate à corrupção, hoje questão central da vida institucional brasileira, só é eficiente e benéfico para a sociedade quando conduzido por meios legais. Do contrário, o próprio Estado se confunde com a criminalidade e incentiva o desrespeito à lei, ignorando séculos de avanço da ciência do direito e promovendo grande retrocesso civilizatório.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), maior entidade civil do país, participa ativamente do combate à corrupção e ao crime do colarinho branco. Possui orgulho de ter proposto a Lei da Ficha Limpa e de ter defendido, no STF (Supremo Tribunal Federal), a proibição do investimento empresarial em partidos e candidatos.

Agora, a Ordem quer mais avanços democráticos. Está engajada no combate a organizações criminosas que tentem se apossar do Estado e na aprovação de uma lei que criminalize o caixa dois.

Nesta quinta, 11 de agosto, Dia da Advocacia, cabe à profissão que atua todos os dias para colocar em prática os valores democráticos, muitas vezes vistos apenas como abstratos, fazer um alerta: as garantias constitucionais impõem limites à ação do Estado para que autoridades não extrapolem seus poderes e persigam adversários políticos.

Provas obtidas por meio ilícito, método que o Ministério Público insiste em defender, ensejam trulência e ilegalidade, negando a própria essência da Justiça. Pior: o uso de meios ilegais transmite a ideia de que a lei é impotente e que a repressão aos desvios necessita de licenciosidade para ser eficaz.

Felizmente, a Justiça não é assim — caso fosse, seria criminosa. Não se pode combater o crime cometendo outro crime nem ignorando os limites da lei.

São recorrentes em nosso país confissões mediante tortura, testemunhas forjadas, intimidação, documentos falsos, gravações ocultas sem autorização judicial e provas plantadas. Considerar esses métodos razoáveis para alguns, mesmo que culpados, só cria precedente para os mesmos métodos serem usados contra cidadãos de bem.

Foi a compreensão dos erros do passado que motivou o constituinte de 1988 a condenar, de maneira inapelável, provas obtidas por meios ilícitos. Essa proibição está no artigo quinto, inciso 56, capítulo um dos direitos e deveres individuais e coletivos (uma cláusula pétrea, não pode ser modificada).

Trata-se de uma das maiores conquistas democráticas, obtida após décadas de luta contra regimes de exceção, civis e militares, que não se submeteram a limites na hora de perseguir cidadãos e impor como verdade os interesses dos poderosos.

É inadmissível não apenas prova ilícita mas também a tentativa de o Estado brasileiro revogar uma cláusula pétrea, gerando retrocesso à ordem jurídica. Validar prova ilícita, sob o argumento de que o agente que a produziu estava de “boa-fé” (mesmo que estivesse), é consagrar o autoritarismo.

Fosse uma ideia absurda como essa colocada em prática, haveria respaldo para qualquer agente estatal cometer ilegalidades no cumprimento da tarefa de combate à corrupção e em qualquer outra esfera de atuação.

Quando promulgou o AI-5 (Ato Institucional Nº 5), em 1968, o marechal-ditador Arthur da Costa e Silva “tranquilizou” o vice-presidente Pedro Aleixo dizendo que teria juízo ao utilizar tal instrumento. Ouviu do vice:

“O que me preocupa não é o senhor, presidente, mas o guarda da esquina”. O tumor, quando se instala e não é combatido, produz metástases. A truculência de cima chega rápido ao guarda da esquina.

Corrupção é crime odioso, viola preceitos republicanos, lesa o cidadão em suas carências básicas, desviando recursos essenciais que deveriam ser aplicados em educação, segurança e saúde, sobretudo num país com tamanhas desigualdades sociais como o nosso.

O combate, entretanto, não pode ser contaminado pelos critérios e práticas do adversário, sob pena de não mais se poder distingui-los. Não há Justiça fora da lei, não importa a natureza do delito praticado.

CLAUDIO LAMACHIA, 55, especialista em direito empresarial, é presidente nacional da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

11 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO



11 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

IMPRENSA

Associações dão apoio a jornal alvo de juízes

DE CURITIBA - A ANJ (Associação Nacional dos Jornais), a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e a Aner (Associação Nacional de Editores de Revista) se posicionaram no Supremo Tribunal Federal ao lado do jornal "Gazeta do Povo", que enfrenta disputa contra juízes paranaenses. Apoiados pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), os juízes protestam contra reportagem sobre supersalários da categoria. Os pedidos serão avaliados pela ministra do STF Rosa Weber.

11 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF diz que Dilma virou ré ontem, mas há divergências

Dilma Rousseff só passou à condição de ré na madrugada desta quarta (10), ao fim da sessão do Senado, segundo entendimento do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Mas há interpretações divergentes quanto a isso.

A tramitação se espelha no Tribunal do Júri. Na avaliação do STF, é como se a fase de oferecimento e aceitação da denúncia contra Dilma ocorresse em dois capítulos. O primeiro se encerrou assim que o plenário do Senado aprovou parecer favorável à abertura do processo de impeachment, provocando o afastamento de Dilma, no dia 12 de maio.

“O parecer, como o nome diz, é um parecer. Agora é sentença de pronúncia, assim como ocorre no [Tribunal do] Júri”, disse Lewandowski, que comanda o processo.

No entanto, a coautora do pedido de impeachment Janaína Paschoal e o advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, entendem que a petista foi formalmente denunciada no dia em que o relatório pró-afastamento passou no Senado, em maio.

A cena de um presidente do STF na Mesa Diretora do Senado só é possível quando está em curso processo de impeachment do presidente.

Como presidente do processo, Lewandowski decide sobre rito processual e torna-se presidente do Senado só nos momentos em que a Casa trata do assunto. Renan Calheiros (PMDB-AL) tem então sua função suspensa e se comporta como os demais senadores.

O ministro não pode ser substituído em nenhum momento. Por isso, ele definiu previamente intervalos a cada quatro horas.

11 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

RUSSOMANNO

Justiça nega pedido de direito de resposta a candidato

DE SÃO PAULO - A Justiça Eleitoral negou a Celso Russomanno (PRB), candidato a prefeito de São Paulo, um pedido de direito de resposta contra a **Folha**.

O candidato afirmou que reportagem publicada no último dia 3 sobre um processo criminal que enfrentava no STF trazia inverdades para prejudicá-lo na eleição. A reportagem mostrou que Russomanno mudou a versão que vinha dando à imprensa sobre a atuação de uma servidora da Câmara em sua produtora de vídeo.

O juiz eleitoral Danilo Barioni negou o pedido nesta quarta (10). Na decisão, ele afirmou não vislumbrar inverdades nem o intuito de prejudicar.

Cabe recurso. Na terça (9), o STF absolveu Russomanno da acusação de peculato.

PAINEL DO LEITOR

Russomanno absolvido

Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Celso de Mello, com os votos a favor de Celso Russomanno, reforçam o sentimento de impunidade para os crimes de colarinho branco ("STF libera Russomanno para eleição em SP", "Poder", 10/8). Fica, a partir do exemplo que deram, a questão: para prevalecer a justiça, teremos doravante que recorrer à ONU ou ao papa?

MOACYR DA SILVA (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

STF aprova extradição de cineasta para França

11 AGO 2016

Condenado por tráfico, francês preso em 2013 no Rio participou de 'Cidade de Deus'

Defesa de Beauchamps afirma que vai recorrer, diz que ele não cometeu qualquer crime e que foi condenado à revelia

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) aprovou na terça-feira (9) a extradição do cineasta francês Marc Beauchamps, condenado pela Justiça francesa por tráfico internacional de drogas. Beauchamps mora no Brasil há 36 anos.

O cineasta é conhecido por participar de produções nacionais como "Madame Satã", "Olga" e "Cidade de Deus" e por fundar a produtora e distribuidora Lumière.

Ele foi preso pela Polícia Federal no Rio de Janeiro em 2013, após ser condenado em Paris a três anos de prisão por tráfico internacional. Segundo a Justiça francesa, traficantes apontaram o cineasta como responsável por enviar cocaína do Brasil à França.

Na época, a prisão do produtor surpreendeu a comunidade cinematográfica carioca — Beauchamps era visto como um "bon vivant".

O STF concedeu à defesa do cineasta uma autorização para que a prisão fosse substituída por monitoramento

eletrônico 16 dias após a prisão, devido ao estado de saúde de Beauchamps, que enfrenta um câncer de pulmão, com metástase no cérebro.

Atualmente, ele está em liberdade sob as condições de usar uma tornozeleira e de se apresentar à Justiça a cada três meses.

Em nota, Márcio Delambert, advogado de Beauchamps, afirmou que seu cliente foi condenado à revelia na França e que nunca praticou qualquer crime.

A defesa também afirma que o pedido de extradição não atendeu a lei brasileira, sendo desconsiderada a delicada condição de saúde do cineasta. Segundo Delambert, a decisão "se limitou à letra fria da lei, consagrando indesculpável injustiça".

Beauchamps tem três filhos brasileiros, frutos de dois casamentos no país.

JULGAMENTO

A decisão foi tomada pela Primeira Turma do STF, formada por cinco ministros, que deferiu o pedido de extradição do governo francês.

A extradição foi aprovada por 3 votos a 2.

A defesa de Beauchamps disse que irá recorrer da decisão até que o julgamento seja levado ao plenário do STF para, então, ser avaliado pelos 11 ministros da corte.

11 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Briga de Peixe Urbano e Hotel Urbano deve seguir mesmo após decisão do STJ

Em disputa no STJ (Superior Tribunal de Justiça) por um desentendimento a respeito de marca, Peixe Urbano (site de ofertas) e Hotel Urbano (agência de viagens online) devem se enfrentar nas cortes mesmo depois da decisão sobre quem pode usar o Urbano no nome.

Na terça (9), o STJ ouviu as partes em um processo que o Peixe Urbano move contra o Hotel Urbano, que foi criado depois do site de descontos.

Um ministro pediu vistas e o processo foi suspenso. A discussão é se o mercado relevante dos dois é o mesmo.

Pessoas ligadas a ambas as empresas afirmam que, qualquer que seja o resultado no tribunal, vão seguir com processos para cobrir custos.

“Depois da sentença, queremos discutir o valor de ressarcimento. O Hotel Urbano violou propriedade intelectual e vai nos pagar”, diz Bru-

no Raposo, diretor de operações do Peixe Urbano.

Na conta, devem entrar até valores que foram repassados ao Google: o Peixe Urbano reclama que o Hotel Urbano começou a pagar para que seu site aparecesse no topo dos resultados de pesquisas.

Como a publicidade no mecanismo de buscas funciona por sistema de leilão, isso levou a uma escalada de preços pelo nome Peixe Urbano.

“Isso é livre concorrência, o Google não proíbe a compra de links”, responde José Eduardo Mendes, fundador e sócio do Hotel Urbano.

“Gastamos muito com advogados e vamos processar se vencermos. É uma guerra que ninguém vence, mas já ganhamos em primeira instância.”

CONTEXTO



Marca: garante ao proprietário o direito de uso exclusivo em seu ramo



Mercado relevante: define se há concorrência entre as firmas, caso seja possível substituir um produto por outro



Wais: outros 17 sites com a palavra Urbano foram notificados pelo Peixe Urbano

Fontes: Inpi, Cade e Peixe Urbano

11 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Justiça suspende 1.ª fase da Operação Publicano e paralisa processo

● LIMINAR

Tribunal de Justiça suspende 1.ª fase da Operação Publicano

Decisão atendeu pedido de habeas corpus feito pela defesa de auditor acusado no processo

LONDRINA

Fábio Silveira

Especial para a Gazeta do Povo

● O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) concedeu liminar, em um pedido de habeas corpus da defesa do auditor Gilberto Della Coletta, suspendendo a ação penal da primeira fase da Operação Publicano, que já estava na fase das alegações finais, a reta final do projeto. A decisão foi tomada no dia 1.º de agosto, pelo desembargador Márcio José Tokars, que substituiu o desembargador Laertes Ferreira Gomes.

Della Coletta, que é citado nos depoimentos prestados pelo auditor Luiz Antônio de Souza, no âmbito da delação premiada, pede a suspensão do processo, alegando que o juiz da 3.ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, indeferiu “sem qualquer fundamentação idônea” um pedido de diligências suplementares feito pela sua defesa. Ele pedia que cinco novas testemunhas fossem ouvidas, o que foi negado pelo juiz. Segundo os defensores do



Publicano apura esquema de corrupção na Receita Estadual.

auditor, essa decisão “configurou constrangimento ilegal” e, com base nisso, pediu reformulação da decisão.

Na Operação Publicano, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) investiga a denúncia de que auditores fiscais, empresários e contadores teriam formado uma “organização criminosa” para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina.

Em suas cinco fases, a Publicano resultou na prisão de dezenas de auditores, sendo que mais de 70 se tornaram réus.

Para o promotor Jorge Costa, coordenador do Gaeco, que está à frente das investigações, a suspensão do processo é negativa. “De forma prática, a repercussão dessa liminar é o atraso na decisão. O julgamento fica suspenso enquanto o mérito da liminar não é julgado”, afirmou.

O Ministério Público do Paraná tinha até o dia 22 de agosto para entregar as alegações finais nesse processo. Depois dele serão abertos 10 dias para que os defensores dos mais de 70 réus se manifestassem e mais 10 dias para que a sentença fosse proferida. Isso significa que a decisão sairia até o final de setembro. Agora já não é possível estabelecer um prazo.

11 AGO 2016

GAZETA DO POVO

FRAUDE

Primeiras testemunhas do processo da Quadro Negro depõem em juízo

■ Um engenheiro civil, uma diretora de escola e outra servidora pública foram as testemunhas ouvidas ontem na primeira audiência do processo originado pela Operação Quadro Negro, que investigou suspeitas de desvios de cerca de R\$ 18 milhões da Secretaria da Educação do Paraná que seriam aplicados em reformas e construções de escolas.

A empresa Valor Construtora teria recebido quase todo pagamento por obras que mal saíram do papel usando medições falsas das execuções. Entre 2011 e 2014, a empresa venceu dez licitações para obras de escolas estaduais. Para o Gaeco, a empresa foi criada, em 2010, exclusivamente para participar de licitações públicas. Entre os 15 réus da ação, estão Eduardo Lopes de Souza, único preso até agora, Maurício Fanini, ex-diretor de Engenharia na Sude, e o ex-vereador Juliano Borguetti, irmão da vice-governadora Cida Borguetti.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Pescaria em águas turvas absolve advogados

11 AGO 2016

A história contada pelo Gaeco no inquérito da Operação Barreado, aberta em 2014, poderia ser assim resumida: advogados que diziam defender pescadores se associam a serventuários de um cartório de Antonina para cobrar da Petrobras indenizações a que estatal foi condenada em razão de vazamento de grande quantidade de combustíveis no litoral paranaense. Isto é, enquanto os pescadores ficavam sem meios de subsistência, advogados e serventuários supostamente se fartavam com a troca de favores entre eles.

Atuando em conjunto com a Promotoria Criminal de Antonina e com o Juízo local, o Gaeco deflagrou a Barreado e, segundo suas conclusões, teria comprovado grossas irregularidades que vinham ocorrendo desde 2010:

profissionais de um grande escritório de advocacia de Curitiba pagariam propina a serventuários do cartório civil da cidade para que agilizassem o trâmite de processos e, assim, acelerar o depósito das indenizações pela Petrobras. Serviço perfeito na história contada pelo Gaeco: durante quatro anos, o próprio cartório teria feito sistematicamente a “contabilidade” dos pagamentos e expedido recibos por serviços extras. Quando não queimava documentos comprometedores na churrasqueira — conforme constatou, pessoalmente, a juíza Louise Nascimento e Silva em inspeção que realizou na sede do cartório.

Quatro advogados chegaram a ser presos no início de 2015. Um quinto, que trabalhava paralelamente e fazia concorrência aos primeiros, foi temporariamente punido com suspensão pela OAB. Enquanto isso, cerca de 1.200 pescadores recrutados por eles como clientes nada receberam ou ganharam a: nas parcela do que lhes era devido.

O caso chegou ao Tribunal de Justiça, que, semana passada, decidiu trancar a ação movida pelo Ministério Público contra os supostos infratores. O relator, desembargador Luiz Carlos Xavier, da 2.ª Câmara Criminal, acolheu o habeas corpus impetrado pelos réus. Considerou que as provas não ultrapassaram a “fronteira da presunção” porque, segundo os defensores dos réus, teriam sido adulteradas conforme comprovação pericial, revelando conduta arbitrária durante as investigações e por “comprovada transgressão aos direitos e prerrogativas dos advogados requerentes no exercício da sua profissão”. Por isso determinou o trancamento da ação penal. O juiz convocado Márcio Tokars produziu curiosa peça filosófica a respeito da subjetividade da justiça para, ao final, acompanhar o voto do relator. Já o terceiro e último a votar, desembargador José Maurício Pinto de Alneida, foi contra o habeas corpus por se considerar convencido quanto à veracidade e validade do conjunto de provas reunidas pelo Gaeco.

Publicano

É da lavra também do juiz Marcio Tokars outra decisão polêmica e da qual discorda o Gaeco: ele concedeu habeas corpus que suspende a ação penal da Operação Publicano — aquela que denunciou 70 personagens da trama de propinagens na Receita Estadual de Londrina, responsável, segundo se calcula, pelo desvio de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos. A ação já estava na fase final de alegações. O habeas corpus foi pedido pelo ex-diretor da Receita Estadual Gilberto Dalla Coleta, mas adia o julgamento de todos os demais reus da Publicano.

CONTINUA

11 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Tribunal

O deputado Sérgio de Souza (PMDB/PR) vai propor semana que vem a formação de uma nova frente parlamentar para a criação do Tribunal Regional Federal com sede em Curitiba e jurisdição sobre o Mato Grosso do Sul. Emenda constitucional chegou a ser aprovada pela Câmara Federal em 2013, mas o então presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, barrou a iniciativa.

Liberdade

A liberdade de expressão será o tema da mesa redonda e debate que se realiza neste sábado (12) no auditório da Escola Catarina Labouré (rua Jacarezinho, 1000, Mercês), a partir das 10h. A exposição principal caberá ao jurista René Dotti, reconhecido nacionalmente pela sua luta, desde os tempos da ditadura militar, em favor de vítimas do regime acusadas por crimes de opinião. Os jornalistas Maria Sandra Gonçalves e Mauri König farão parte da mesa.

11 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Após nova derrota no Senado, Dilma aceita retirar palavra “golpe” de carta

Presidente afastada pretende divulgar mensagem “aos senadores e ao povo brasileiro” em último gesto para tentar evitar a perda do mandato

Derrotada mais uma vez no Senado, a presidente afastada Dilma Rousseff se tornou ré no julgamento por crime de responsabilidade que pode levar à perda definitiva do seu mandato na Presidência da República. O processo foi aprovado em plenário pela maioria dos senadores, na madrugada de ontem, em Brasília.

Cada vez mais isolada e depois de muito relutar, Dilma aceitou um acordo para retirar a palavra “golpe” da carta que vai divulgar, nos próximos dias, quando se referir ao impeachment. Em almoço ontem com senadores aliados, a petista chegou a defender a inclusão do termo, mas aceitou os argumentos de que chamar senadores de golpistas, neste momento, pode ampliar o clima de hostilidade e fazê-la perder ainda mais votos.

Na Carta aos Senadores e ao Povo Brasileiro, que está sendo reescrita pela quinta vez, a presidente afastada também vai pregar a concertação nacional e manifestar apoio às investigações da Operação Lava Jato.

Recurso na OEA

Embora nos bastidores o impeachment seja considerado irreversível, os aliados da presidente afastada procuram, em público, demonstrar resistência. Eles protocolaram ainda na noite de terça-feira, horas antes da votação no Senado, uma representação na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que é parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), pedindo medidas cautelares antes da conclusão do processo de impedimento. Segundo eles, a OEA tem capacidade de suspender o impeachment de Dilma e colocá-la de volta no cargo que ocupava.

Durante o almoço, no Palácio da Alvorada, a presidente afastada foi aconselhada por senadores a demonstrar mais seus sentimentos, no texto que está refazendo. A ideia é que seja “mais Dilma e menos presidente”. Em conversas reservadas, o comentário é que, como ela está demorando muito para divulgar a carta — planejada para ser uma espécie de “programa da volta” —, não adianta mais, agora, abordar diretrizes de governo.

Foi com esse diagnóstico que os aliados pediram a Dilma para deixar a narrativa do golpe a cargo do PT, dos movimentos sociais e da sua defesa jurídica. “Esse foi o acordo. Não haverá menção a golpe parlamentar. Se mudarem de novo, estarão quebrando o acordo”, disse o senador Raulo Rodrigues (Rede-AP).

CONTINUA

11 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DILMA VAI A JULGAMENTO

Com a aprovação na madrugada da última quarta-feira (10) pelo plenário do Senado do parecer do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator do processo contra Dilma Rousseff na comissão especial do impeachment, a petista se torna ré e vai a julgamento por crime de responsabilidade.

Prazo da acusação

A votação do parecer no plenário abriu um prazo de 48 horas para a acusação (autores do pedido de impeachment: o procurador aposentado **Hélio Bicudo** e os advogados **Miguel Reale** e **Janaina Paschoal**) apresentar suas alegações finais. A acusação não utilizou o tempo total: às 13 horas desta quarta-feira o documento foi protocolado no Senado.



Início do julgamento, data provável

Após a apresentação das peças de acusação e defesa, abre-se um prazo de 10 dias corridos. Após o período, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro **Ricardo Lewandowski**, já está autorizado a marcar a data do início do julgamento de Dilma Rousseff. Ou seja, ele pode abrir o julgamento já no **próximo dia 23**.

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Prazo da defesa

A partir da apresentação das alegações finais da acusação, Dilma Rousseff também tem um prazo de 48 horas para entregar sua peça de defesa.

O advogado da petista, **José Eduardo Cardozo**, deve utilizar o tempo integral. Ou seja, a entrega da defesa deve ser feita na tarde de sexta-feira (12).



Votação final, data provável

O julgamento – etapa final do processo de impeachment – deve durar cerca de cinco dias.

Fim de semana livre

O presidente do STF já antecipou que não concorda com a realização de sessões nos sábados e domingos. Por isso, se o julgamento começar de fato no próximo dia 23, a votação final pode ficar apenas para o dia 29, segunda-feira.

Testemunhas

Durante o julgamento, tanto a acusação quanto a defesa podem apresentar até seis testemunhas para serem ouvidas no plenário do Senado. A acusação já antecipou que deve convocar três pessoas. A defesa deve chamar seis nomes. Mas o roteiro em detalhes do julgamento final ainda será desenhado pelos senadores e pelo presidente do STF.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO

Supremo elege Cármem Lúcia para presidir a Corte até 2018

11 AGO 2016

● Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) elegeram ontem a ministra Cármem Lúcia para presidir a Corte pelos próximos dois anos. A presidência de Ricardo Lewandowski se encerra daqui a um mês, no dia 10 de setembro. O plenário do Supremo elegeu também o ministro Dias Toffoli para vice-presidente do Tribunal no próximo biênio.

A posse dos novos presidente e vice-presidente acontecerá no dia 12 de setembro. A eleição foi rápida e protocolar, já que a Corte tem tradição de escolher o ministro com mais tempo de casa que ainda não presidiu o Tribunal. Cármem presidirá o STF até 2018.

Mineira, Cármem foi indicada ao Tribunal em 2006 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ministra foi advogada e procuradora do Estado de Minas Gerais. Ela será a segunda presidente mulher do Supremo. A primeira foi a ministra Ellen Gracie, também a primeira mulher a integrar a Corte.



Ministra Cármem Lúcia foi indicada ao STF em 2006, por Lula.

GAZETA DO POVO

Janot defende que áudios de Lula fiquem com Moro

11 AGO 2016

● Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que seja revogada uma decisão liminar (provisória) do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski.

Na decisão, Lewandowski determinou que o juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato, separasse das investigações contra Lula os áudios que envolviam autoridades que já tiveram foro privilegiado.

A defesa de Lula protocolou uma reclamação no STF em julho com intuito de impedir que as escutas fossem utilizadas como prova nas investigações contra o ex-presidente, sob alegação de que Moro captou áudios que envolvem pessoas que detinham foro privilegiado — como o ex-ministro da Casa Civil Jaques Wagner.

Lewandowski não atendeu o pedido da defesa do ex-presidente para anular a validade das conversas, mas determinou que Moro mantivesse em separado os diálogos até análise do relator do caso, ministro Teori Zavascki.

Em junho, Teori remeteu a Moro as investigações envolvendo o ex-presidente, mas anulou uma escuta que captava uma conversa entre Lula e a presidente afastada, Dilma Rousseff. Ele não fez avaliação, no entanto, sobre as demais conversas.

Janot reconhece que foram consideradas nulas as conversas colhidas após a determinação da Justiça para interromper a interceptação — que abrangem o diálogo entre Dilma e Lula —, mas sustenta que as outras conversas “permanecem válidas e podem ser utilizadas em futura ação penal”.

MENTIU

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu manter a prisão preventiva do empresário Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura, condenado na Lava Jato e que perdeu os benefícios da delação premiada após admitir que mentiu seu depoimento ao juiz Sergio Moro. Moura foi condenado a 16 anos e 2 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa.

OPERAÇÃO IRMANDADE PF e MPF deflagram operação por crimes na Eletronuclear

● A Polícia Federal e o Ministério Público Federal, no Rio, deflagraram ontem a operação Irmandade, um desdobramento da Lava Jato no Estado contra uma quadrilha responsável por desvio de recursos nas obras da usina nuclear de Angra 3. O empresário Samir Assad foi preso ontem, em casa, no bairro Chácara Flora, em São Paulo. No local foi feita a busca e apreensão.

O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, foi quem decretou a prisão. Samir é irmão de Adir Assad, alvo em outra ação que apura distribuição de propinas na obra de Angra 3.

Os advogados disseram aos policiais que essas acusações são antigas e que não entende a prisão.

Samir e Adir, de acordo com o MPF, criaram uma espécie de caixa 2 entre empreiteiras para lavagem de dinheiro de cerca de R\$ 176 milhões, além de crimes de organização criminosa e falsidade ideológica.

11 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Decisão de tribunal de contas não pode ser revista pelo Judiciário

Ministros da 1ª Turma reduziram multa a gestor de autarquia estatal que contratou escritório de advocacia sem licitação; porém, contrato foi mantido

Decisão de tribunal de contas não pode ser revista pelo Judiciário. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reduziu multa imposta a gestor de autarquia estatal que contratou, sem licitação, um escritório de advocacia, mas não anulou o contrato.

A contratação foi justificada pela entidade pública como situação de inexigibilidade de licitação, devido à “especialização e notório saber jurídico” da banca.

Na sentença, o contrato foi declarado nulo e o gestor condenado a pagar multa de cinco vezes o valor da remuneração do diretor-geral da autarquia. A condenação foi feita com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), com o argumento de que a contratação violou princípios administrativos ao não realizar o devido processo licitatório.

Para o ministro relator do voto vencedor, Benedito Gonçalves, a conclusão do Tribunal de Justiça da Paraíba é que os serviços prestados não eram especializados, e, portanto, não se tratava de um caso de inexigibilidade de licitação.

“A contratação direta de serviço de advocacia pressupõe a singularidade da atividade a ser desenvolvida, sendo inviável nos casos de

realização de serviços corriqueiros, genéricos, habituais do advogado. Deflui das peças encartadas nestes autos que os serviços jurídicos prestados derivam de ações judiciais comuns inerentes ao diário forense, não havendo nada de especial ou extraordinário”, pontuou o ministro.

Para a maioria dos ministros da 1ª Turma, a condenação foi correta ao embasar o pleito na Lei de Improbidade Administrativa, já que o dolo na ação do gestor ficou configurado pela “consciência e voluntariedade” de contratar o escritório sem o devido processo licitatório.

A defesa dos réus afirmou que a contratação não poderia ter sido caracterizada como ilegal, já que o Tribunal de Contas estadual havia aprovado a prestação de contas da autarquia. Benedito Gonçalves explicou que o entendimento do STJ é pacífico no sentido de que as decisões dessas cortes não interferem na esfera jurídica, já que a análise das contas é administrativa.

O ministro votou pela aceitação do recurso em um ponto: reduzir a multa estabelecida ao gestor, de cinco vezes a remuneração para três vezes. Por maioria, o recurso foi aceito, ficando Benedito Gonçalves relator para

o acórdão. O ministro Napoleão Nunes Maia Filho, relator originário do recurso, pretendia dar provimento em maior extensão.

Para ele, a ação civil pública que levou à condenação não entrou no mérito para dizer por quais motivos o escritório contratado não tinha notório saber jurídico. Além disso, Napoleão defendeu que a sentença reconhece a inexistência de dano ao erário, razão pela qual seria indevida a aplicação de multa.

11 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EDITORIAL

Lava Jato não é a solução

De forma alguma um processo investigativo será a solução para a corrupção no Brasil. O procurador da República que coordena a operação Lava Jato, Deltan Dalagnol, disse essa mesma ideia em palestra para professores e estudantes de direito em Brasília. Ele está certo! Afinal de contas, é preciso que aconteça uma profunda mudança de paradigmas na sociedade para que a mesma se torne mais honesta. Uma operação policial apenas desarticula um esquema criminoso, dentre tantos outros que existem e funcionam diariamente por todo o território nacional.

A solução é cada família da sociedade colocar em prática a honestidade em todas as situações do dia a dia, começando com a criação dos filhos e indo até o desempenho no mercado de trabalho. Se o povo fizer a sua parte, dele sairão políticos que cumprem as leis ao invés de aproveitarem suas posições para desviar recursos públicos. Quanto à Operação Lava Jato, ela deve ser defendida, aplaudida e fortalecida. Se os procuradores, juízes e polícias seguirem os exemplos desta força-tarefa, talvez a impunidade deixará de ser uma triste realidade do Brasil.

Moro e Dalagnol dizem que Lava Jato não é solução

O juiz responsável pela Operação Lava Jato, Sérgio Moro, e o procurador da República que coordena a operação, Deltan Dalagnol, afirmaram hoje que o trabalho que realizam junto com a Polícia Federal, em Curitiba, de desarticular o esquema de desvios na Petrobras, não pode ser visto como o caminho para solucionar a corrupção no Brasil. Eles participaram ontem da palestra Democracia, Corrupção e Justiça: diálogos para um país melhor, promovida pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub), em Brasília.

Desde a semana passada, Moro e Dalagnol assumiram uma defesa mais vocal de uma reforma estrutural das instituições. Nos últimos dias, eles também foram à Câmara dos Deputados para defender uma legislação mais dura contra a corrupção.

Os deputados foram obrigados a instalar uma comissão especial para discutir o tema, após o Ministério Público Federal (MPF) colher duas milhões de assinaturas em apoio a dez pontos de combate à corrupção defendidos pelo órgão.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça aceita mais duas denúncias contra sete investigados na Custo Brasil

1 1 AGO 2016

A Justiça Federal acatou duas novas denúncias oferecidas pelo Ministério Público Federal (MPF) contra sete pessoas investigadas na Operação Custo Brasil. As denúncias foram aceitas pelo juiz federal Paulo Bueno de Azevedo, da 6ª Vara Federal Criminal em São Paulo.

Segundo a Justiça Federal, em uma das peças acusatórias os réus Gláudio Renato de Lima, Hernany Bruno Mascarenhas, Zeno Minuzzo, Leonardo Attuch, Marta Coerin e Cassia Gomes responderão por lavagem de dinheiro. Para Zeno Minuzzo, houve ainda a imputação do crime de embarçar investigação de organização criminosa.

Em outra ação, o réu Natálio Saul Fridman, que mora no exterior e é presidente da empresa de tecnologia Consist, foi denunciado pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

“De acordo com a denúncia, entre os anos de 2009 e 2015 havia uma organização criminosa implantada no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo pagamento de propinas em valores milionários para diversos agentes públicos”, afirmou o documento assinado pelo juiz.

Conforme investigações da Custo Brasil, o ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo recebia recursos de um esquema de fraudes no contrato para gestão de empréstimos consignados no Ministério do Planejamento.

Os serviços da Consist Software, contratada para gerir o crédito consignado de servidores públicos federais,



eram custeados por uma cobrança de cerca de R\$ 1 de cada um dos funcionários públicos que solicitavam o empréstimo. Desse montante, 70% eram desviados para empresas de fachada até chegar aos destinatários, entre eles o ex-ministro.

A denúncia acrescentou que, para que o modelo fosse mantido entre 2010 e 2015, foram pagas propinas milionárias superiores a R\$ 100 milhões para diversos agentes públicos envolvidos e para o Partido dos Trabalhadores (PT).

“Entre os denunciados estão o presidente mundial da empresa de tecnologia contratada para criar um software de controle de créditos consignados, colaboradores eventuais e funcionários do ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, cuja denúncia foi recebida semana passada. Os réus agora serão citados para apresentar resposta à acusação”, informou a Justiça Federal.

Sobre a denúncia, a Consist divulgou nota informando que a empresa “sempre colaborou e continuará colaborando com a Justiça Federal e com os órgãos de investigação. Com relação à defesa, a Consist se manifestará através de seus advogados”.

11 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Testemunhas da Quadro Negro são ouvidas

A Justiça do Paraná começou a ouvir ontem as testemunhas da Operação Quadro Negro. O processo investiga o desvio de dinheiro público em obras de construção e reforma de escolas estaduais do Paraná. Os três primeiros a falar foram arrolados pela acusação. Deram depoimento- um engenheiro, uma funcionária da Secretaria de Educação e a diretora.

A previsão é que as cerca de 100 testemunhas sejam ouvidas nos próximos dez dias. Entre elas, 17 são de acusação e o restante é de defesa. Os 15 réus da Operação Quadro Negro compareceram à audiência. Entre eles, o ex-diretor da Secretaria de Educação Maurício Fanini e o dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, preso desde o ano passado, acusado de participação no esquema. ●

11 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Ministra Cármen Lúcia é eleita presidente do STF

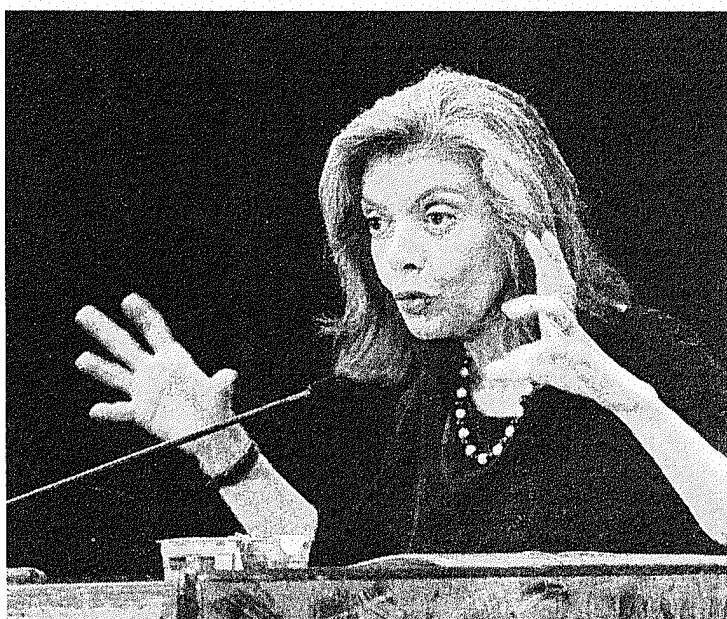
Ela vai substituir Lewandowski a partir de 12 de setembro



A ministra Cármen Lúcia foi eleita hoje (10) presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF) e vai ocupar o cargo pelos próximos dois anos. A partir do dia 10 de setembro, a ministra ficará no lugar do atual presidente, Ricardo Lewandowski. A eleição foi simbólica, porque a ministra já ocupa o cargo de vice-presidente da Corte.

Cármen Lúcia Antunes Rocha foi indicada para o Supremo pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tomou posse em 2006. A ministra nasceu em Montes Claros (MG) e formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), em 1977. Ela será a segunda mulher a assumir o cargo. A primeira foi a ex-ministra Ellen Gracie.

Após a eleição, a ministra agradeceu a confiança de seus pares e reiterou o juramento de cumprir a Constituição. Ela também afirmou que fará o melhor para o Judiciário, como a ajuda dos colegas de Supremo. ●



Cármen Lúcia ocupava a vice-presidência do tribunal

Cármen Lúcia foi indicada para o Supremo pelo ex-presidente Lula e tomou posse em 2006. Ela será a segunda mulher a assumir o cargo. A primeira foi a ex-ministra Ellen Gracie.

11 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Queixas de violência doméstica aumentam 133% no ano

No ligue 180, número da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, registrou um aumento de 133% nos relatos envolvendo violência doméstica e familiar, no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período em 2015. A informação foi divulgada nesta terça-feira (9) pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão ligado ao Ministério da Justiça e Cidadania.

O balanço aponta que, neste semestre, o

serviço recebeu um total de 555.634 ligações, o que representa um acréscimo de 52% nos atendimentos em geral. Nos relatos de violência, principal tipo de consulta à central, estão casos sobre violência física (51,06%), violência psicológica (31,10%), violência moral (6,51%), cárcere privado (4,86%), violência sexual (4,3%), violência patrimonial (1,93%) - quando a pessoa não tem acesso aos seus próprios bens - e tráfico de pessoas (0,24%). ●

Moro e Dalagnol dizem que Lava Jato não é a solução

O juiz responsável pela Operação Lava Jato, Sérgio Moro, e o procurador da República que coordena a operação, Deltan Dalagnol, afirmaram ontem que o trabalho que realizam junto com a Polícia Federal, em Curitiba, de desarticular o esquema de desvios na Petrobras, não pode ser visto como o caminho para solucionar a corrupção no Brasil. Eles participaram ontem (10) da palestra Democracia,

Corrupção e Justiça: diálogos para um país melhor, promovida pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub), em Brasília.

Desde a semana passada, Moro e Dalagnol assumiram uma defesa mais vocal de uma reforma estrutural das instituições. Nos últimos dias, eles também foram à Câmara dos Deputados para defender uma legislação mais dura contra a corrupção. ●

GRAVAÇÕES COM MORO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu a cassação de uma liminar (decisão provisória) que determinou que o juiz Sérgio Moro, do Paraná, separe e mantenha sob sigilo áudios de conversas entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e diversos políticos nas investigações da Operação Lava Jato. A defesa de Lula entrou com uma reclamação no STF para pedir a anulação da validade, como prova, das gravações.

11 AGO 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

MÉDICO ACUSADO

Descumpriu medidas

Lucas Sarzi

O médico Raphael Suss Marques, acusado de matar a ex-namorada e fisiculturista Renata Muggiati, pode ser obrigado a usar tornozeleira eletrônica. O Ministério Público do Paraná alega que ele descumpriu medidas cautelares impostas pela Justiça e deve monitorado.

Raphael, que chegou a ser preso duas vezes, aguarda o julgamento em liberdade. Entre as condições para que permaneça livre, está a de que ele deveria estar em casa às 21h todos os dias, mas de acordo com os promotores, ele infringiu a norma. De acordo com o MP, imagens do circuito interno de uma churrascaria mostram que o médico chegou a um restaurante por volta das 22h30 e só saiu às 23h43. No pedido feito pelo MP, os promotores explicam que o monitoramento deve ser feito para que ele siga as medidas cautelares.

O pedido ainda não foi analisado pela Justiça. O advogado de Raphael Suss Marques afirmou, que ele não descumpriu nenhum



Renata morreu em 2015.

determinação. Segundo o advogado, o médico sequer foi notificado pela Justiça da imposição de estar em casa no horário informado.

O CASO

A fisiculturista caiu do 31º andar do apartamento de Raphael, no Centro, em setembro do ano passado. A primeira suspeita era de um suicídio, mas isso depois foi descartado pela polícia, que acredita que ela tenha sido asfixiada e depois atirada da janela pelo namorado. A polícia já finalizou as investigações. Na semana que vem começam as primeiras audiências, para ouvir as testemunhas de acusação e defesa. Depois, a Justiça vai decidir se o médico vai ou não a júri popular.

Danos morais

O Superior Tribunal de Justiça condenou o SBT a pagar indenização por danos morais, pela exibição da novela *Pantanal* (1990), ao autor Benedito Ruy Barbosa. Ele diz no processo que o SBT editou cenas, o que teria prejudicado a obra.

11 AGO 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

ELEIÇÃO

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) elegeram ontem a ministra Cármen Lúcia para presidir a Corte pelos próximos dois anos. A presidência de Ricardo Lewandowski se encerra daqui a um mês, em 10 de setembro. O plenário do Supremo elegeu também o ministro Dias Toffoli para vice-presidente do Tribunal no próximo biênio. As posses acontecem em 12 de setembro.

ASSÉDIO SEXUAL

Deputadas de diferentes partidos apresentaram ontem uma representação ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pedindo que o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) seja investigado pelo Conselho de Ética da Casa. O parlamentar é acusado por suposta tentativa de estupro, assédio sexual e agressão. A petição foi assinada por 22 deputadas e apoiada por entidades representativas.

ATITUDE

Com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, no comando dos trabalhos, os senadores abandonaram os tradicionais debates acalorados registrados desde que o processo de impeachment de Dilma Rousseff chegou à Casa, em abril. Anteontem, Lewandowski pediu que os senadores só pedissem a palavra para se pronunciar sobre questões processuais "Tendo em conta a previsão de que esta sessão poderá tornar-se um tanto quanto longa, eu peço vênica, desde logo, para ser muito rigoroso na contagem dos prazos."

LAVA JATO

Em nova fase da Operação Lava Jato, no Rio de Janeiro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram ontem a Operação Irmandade, em que foram denunciados 11 investigados, sendo cumprido 1 mandado de prisão e 1 de busca e apreensão em São Paulo. O empresário Samir Assad, irmão do lobista Adir Assad, condenado na Lava Jato, foi preso.

11 AGO 2016

BEMPARANÁ

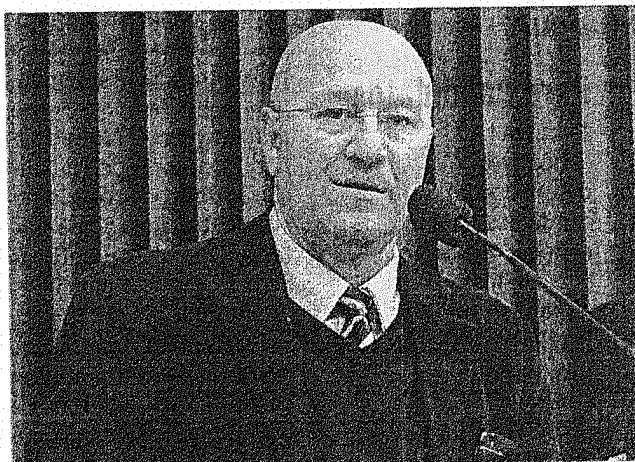
Teto de gastos ameaça reajuste de servidores

Texto aprovado pela Câmara mantém dilema entre pagamento de reposição e promoções, diz líder

Ivan Santos

O teto de gastos públicos aprovado pela Câmara Federal na última terça-feira vai interferir diretamente na discussão do reajuste salarial dos servidores públicos paranaenses, previsto inicialmente para janeiro de 2017. A avaliação é do líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Luiz Cláudio Romanelli (PSB). Segundo ele, ao limitar o aumento de gastos dos estados ao índice de inflação do ano anterior, o teto estabelecido pelo projeto do governo do presidente interino Michel Temer (PMDB) manterá o dilema entre o pagamento da reposição salarial e as promoções e progressões de carreira do funcionalismo estadual. Isso apesar dos deputados federais terem derrubado o artigo que previa o congelamento dos aumentos para servidores por dois anos, diz ele.

“Derrubaram esse artigo, mas limitaram o gasto com pessoal à inflação deste ano. E não têm como crescer 15% a despesa. Só vai poder crescer 7%. Vai ter que definir o que



Romanelli: LDO deve ficar para depois da eleição

vai pagar”, alega o líder governista. “Na prática, manteve a mesma coisa”, avalia.

A Assembleia Legislativa suspendeu a votação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 em meio ao impasse na discussão do reajuste do funcionalismo. O governo alegou que não tinha como pagar a reposição da inflação de 2016 em janeiro de 2017, como previsto na lei aprovada no ano passado, em meio a greve dos servidores, e ao mesmo tempo, as promoções e progressões em atraso, que podem somar quase R\$ 700

milhões até o final do ano. E chegou a cogitar enviar uma proposta de alteração da LDO, para adiar o pagamento do reajuste.

Os deputados da base governista, porém, não quiseram votar a proposta, temendo novo conflito com o funcionalismo em pleno período eleitoral. A saída encontrada foi adiar a votação da LDO e suspender o recesso parlamentar de julho, sob a justificativa de que seria preciso esperar o Congresso aprovar o teto de gastos públicos e a renegociação das dívidas dos

ROMBO

R\$ 700 milhões

é quanto pode chegar a soma de promoções e progressões em atraso

estados. A alegação é de que esses projetos estabeleceriam restrições a reajustes de servidores estaduais.

Depois da eleição - Segundo Romanelli, mesmo com as alterações feitas nos projetos originais, prevalece o dilema entre o pagamento do reajuste e as promoções. Ou seja, o governo do Estado terá que optar entre pagar um ou outro. “O governo não vai poder mais fazer diferente, mesmo que ele queira”, alega.

CONTINUA

1 1 AGO 2016

BEMPARANÁ **CONTINUAÇÃO**

Os servidores contestam e ameaçam deflagrar nova greve. Eles até admitem parcelar o pagamento das promoções, desde que elas sejam implantadas imediatamente. Mas não abrem mão do pagamento da reposição salarial da inflação de 2016 em janeiro de 2017, como previsto no pacote de ajuste fiscal aprovado pela Assembleia no ano passado.

Diante do impasse, a tendência é que o Legislativo só vote a LDO depois das eleições municipais de outubro. "O mais provável é que isso aconteça no último trimestre", confirma o líder do governo na Casa. O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), também já sinalizou esse cronograma.

A oposição acusa o governo de usar os projetos em discussão no Congresso como pretexto para postergar o debate sobre o reajuste do funcionalismo para depois das eleições. Na avaliação do bloco oposicionista, tudo não passaria de uma manobra para evitar que os parlamentares governistas sofram desgaste no momento em que estão preocupados em eleger prefeitos e vereadores de suas bases eleitorais.

1 1 AGO 2016

BEMPARANÁ

Audios de Lula devem ficar com juiz Moro

Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que seja revogada uma decisão liminar (provisória) do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, concedida durante o período de plantão. Na decisão, Lewandowski determinou que o juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato no Paraná, separasse das investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva áudios que envolviam autoridades que já tiveram foro privilegiado.

A defesa de Lula protocolou uma reclamação no STF em julho com intuito de impedir que as escutas fossem utilizadas como prova nas investigações contra o ex-presidente, sob alegação de que Moro captou áudios que envolvem pessoas que detinham foro privilegiado - como o ex-ministro da Casa Civil Jaques Wagner. Por isso, argumentam os advogados do petista, o juiz do Paraná teria "usurpado a competência" do Supremo. Lewandowski não atendeu o pedido da defesa para anular a validade das conversas.

Após criticar nordestinos, Susana Vieira bloqueia conta em rede social

Após sofrer uma enxurrada de críticas e comentários negativos acerca de suas declarações dadas durante um evento de artistas em apoio ao juiz Sérgio Moro, a atriz Susana Vieira decidiu tornar privada sua conta no Instagram, ou seja, apenas quem já a segue pode ter acesso às suas postagens. "Eu acho que as pessoas do Norte e do Nordeste não têm conhecimento do que está sendo feito aqui. Tem que espalhar isso para o Brasil", disse a atriz em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, referindo-se ao trabalho realizado pela Lava-Jato. A declaração gerou polêmica e inúmeras críticas nas redes sociais, inclusive de um de seus colegas na dramaturgia da Globo, o ator José de Abreu.



11 AGO 2016

BEMPARANÁ

Senado aprova julgamento de Dilma

O plenário do Senado decidiu na madrugada de ontem, dar continuidade ao impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff. Por 59 votos a favor e 21 contra, a Casa aprovou parecer da Comissão Especial de Impeachment, tornando-a, com isso, ré no processo. A decisão abre caminho para que ela seja julgada por crime de responsabilidade.

A definição se deu após quase 16 horas de sessão, na qual 48 senadores discursaram. O número de congressistas que votaram contra Dilma foi maior que o necessário

para aprovar o afastamento definitivo dela - são necessários no mínimo 54 na fase final. Não houve abstenção.

Os senadores vão agora votar separadamente, em destaques, se aceitam, uma a uma, três das quatro acusações apresentadas no relatório da comissão contra a presidente afastada. Isso significa que, apesar de já ter dado prosseguimento ao processo, parte das irregularidades atribuídas à petista pode ainda ser retirada do texto, o que, no entanto, é improvável. A sessão final do impeachment poderá ocorrer no dia 25.

STF adia decisão sobre senador Ivo Cassol

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou mais uma vez ontem, a análise do recurso apresentado pelo senador Ivo Cassol (PR-RO) contra a condenação imposta em 2013 pelo crime de fraude de licitação quando era prefeito da cidade de Rolim de Moura, em Rondônia. A ministra Carmen Lúcia, relatora do processo, já votou a favor da rejeição do curso e da execução imediata da pena, conforme recomendação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Cassol foi condenado a

4 anos, 8 meses e 26 dias de detenção em regime semiaberto e a pagamento de multa pelo crime de fraude a licitações em Rolim de Moura. O senador pede a prescrição das acusações, redução das penas ao mínimo legal, anulação da multa e que a pena de prisão seja convertida para uma pena alternativa. O senador foi condenado por fraude em 12 licitações quando era prefeito, entre 1998 e 2002. O esquema consistia no fracionamento ilegal das ações que privilegiava empresas ligadas ao ex-prefeito.

1 1 AGO 2016

METRO

Primeira ação da Publicano está paralisada

O primeiro dos cinco processos judiciais da operação Publicano, que investiga desvios na Receita Estadual do Paraná, está paralisado por tempo indeterminado. O TJ-PR concedeu uma liminar a um dos réus da ação penal, o auditor Gilberto Della Colletta. Ele pediu para serem ouvidas novas testemunhas após o prazo de audiências, o que havia sido negado pelo juiz Juliano Nanuncio. A defesa diz que a necessidade dos depoimentos surgiu após o prazo, mas o juiz considerou que eles seriam irrelevantes. METRO CURITIBA

11 AGO 2016

Blog do Fábio Campana – 11/8/2016

TJ nega habeas corpus a delatores da Publicano

A juíza substituta em segundo grau do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Simone Cherem de Melo, negou liminar em habeas corpus e manteve a prisão do auditor Luiz Antonio de Souza, principal delator da Operação Publicano, que apura esquema milionário de sonegação fiscal e cobrança de propina na Receita Estadual de Londrina. As informações são da Folha de Londrina.

Souza foi preso em flagrante em 13 de janeiro de 2015, ao ser flagrado com uma adolescente em um motel, e não deixou mais a cadeia. Em março daquele ano, foi implicado na Publicano

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

11 AGO 2016

e, em maio, firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP), pelo qual se comprometia revelar todos os detalhes da suposta organização criminosa incrustada no órgão fazendário, e teria como benefício a possibilidade de sair do regime fechado (para a prisão domiciliar) em 30 de junho deste ano.

Porém, acusado de praticar novos crimes na Operação Publicano 5, em maio deste ano, os benefícios de seu acordo de colaboração premiada foram rescindidos, a pedido do MP, pelos juízes que o haviam homologado: Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal, onde tramitam os processos sobre corrupção na Receita; e Zilda Romero, da 6ª Vara Criminal, na qual estão as denúncias de crimes sexuais. Segundo o MP, de dentro da cadeia, Souza, com a ajuda de pessoas próximas, de familiares e de presidiários, o delator conseguiu extorquir empresários.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

11 AGO 2016

Em decisão proferida no último dia 4, a relatora Simone Melo considerou que faltaram documentos no pedido de habeas corpus, como a decisão de Nanuncio, que rescindiu o acordo, já que a defesa apenas juntou cópia da decisão da 6ª Vara Criminal. “Isso porque a imprensa estadual amplamente divulgou que o acordo também fora dissolvido no juízo da 3ª Vara Criminal o que obsta a análise do caso tão somente com base no posicionamento da julgadora supracitada”, escreveu a juíza substituta do TJ.

O advogado Eduardo Duarte Ferreira disse que já era esperada a negativa da liminar. O TJ ainda deverá julgar o mérito.

DELATORA

Também permanece presa a auditora Rosângela de Souza Semprebom, irmã de Luiz Antonio e delatora. Até a Publicano 5, ela estava em liberdade,

CONTINUA

11 AGO 2016

CONTINUAÇÃO

mas, sua prisão foi decretada novamente em razão do envolvimento nos supostos crimes de extorsão. Em favor dela, foi impetrado habeas corpus pelo escritório de Alessandro Silvério, de Curitiba, e negado pelo desembargador Laertes Ferreira Gomes, em 27 de junho.

Em seu voto, o relator considerou plenamente demonstrados os requisitos para a prisão preventiva e discorreu longamente sobre os crimes do colarinho branco, já que tais delitos “atingem a toda coletividade”. “O respeito ao Estado de Direito demanda medida severa, e, havendo fundada razão diante das circunstâncias concretas, mostra-se inevitável a adoção de medidas amargas que cessem a cadeia delitiva e sirvam de referência aos que tratam com desprezo às instituições públicas, sempre acreditando na impunidade.”

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

1 1 AGO 2016

Sobre o envolvimento de Rosângela, anotou que “é patente assim que a paciente envolvida neste complexo esquema de desvio de dinheiro público e pagamentos indevidos, perpetrado pela organização criminosa que integrava, formada por auditores fiscais da Receita Estadual de Londrina, juntamente com empresários”.

Também seguem presos, em razão da Publicano 5, dois empresários do setor de abate de suínos que teriam aderido ao esquema criminoso de sonegação fiscal e cobrança de propina.

(Foto: Folha de Londrina)

11 AGO 2016

Blog do Fábio Campana – 11/8/2016

TRF4 julga agravos e dá nova vitória à Araupel

A Araupel venceu mais um round na disputa judicial para provar a legalidade dos títulos de terras questionados pelo Incra e pelo MST na região de Quedas do Iguaçu.

Ontem, o Tribunal Regional Federal, de Porto Alegre, por unanimidade, manteve a suspensão da ação, desobrigando a empresa da compra de 10,7 mil hectares destinados a assentamentos do MST. As informações são d'O Paraná.

Também foi negada a pretensão da União e do Incra da imediata imissão de posse no referido imóvel. A decisão vem confirmar a regular propriedade da Araupel sobre a área,

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

11 AGO 2016

fato defendido desde sempre pela empresa, afirma a direção da reflorestadora. Com a decisão do TRF4, caem por terra argumentos que o MST tenta empregar na tentativa de justificar invasões a propriedades da empresa.

Foram duas apenas nos últimos dois anos, em Quedas do Iguaçu, município que vive a mais séria instabilidade desde a sua emancipação. Com bloqueios a áreas de corte de madeira, a Araupel está com dificuldades de manter em pleno funcionamento a sua planta industrial e, gradualmente, faz dispensas de funcionários. Cerca de 150 perderam seus empregos apenas nos últimos meses.